DADOS DA REUNIÃO	
TÍTULO	6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026 DO CODIR
PRESIDIDA POR	REITORA NÍDIA HERINGER
LOCAL	PLATAFORMA DE CONFERÊNCIAS MCONF
DATA	12 DE AGOSTO DE 2026
HORA DE INÍCIO	09h
INTERVALO	10h35 às 10h45; 12h15 às 13h32
HORA DE TÉRMINO	16h54

PAUTA DA REUNIÃO	
EXPEDIENTE	Apreciação da ata da 5ª Reunião Ordinária do Codir, realizada em 1º de julho de 2026.
ORDEM DO DIA	**1. Gabinete do(a) Reitor(a)** 1.1. Apresentação de Projeto Institucional; 1.2. Portaria MEC Nº. 657/2026 – Redistribuição de cargos e códigos de vaga da carreira de docentes EBTT; 1.3. Reconhecimento de Saberes e Competências dos Técnico-Administrativos em Educação — RSC TAE; 1.4. Participação do IFFar na Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — Reditec 2026; 1.5. Ajuste do calendário de reuniões do Codir 2026 – on-line/presenciais; 1.6. Protocolo Climático do IFFar – formalização.
	2. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação — PRPPGI: Ofício N.º 32/2026 – PRPPGI
	2.1. Revisão da Resolução N.º 67/2020 que trata do Regulamento do Ensino Superior de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFFar (Processo N.º 23873.003929/2026-64); e 2.2. Informe: 2.2.1. Elaboração de propostas de Apresentação de Propostas de Cursos Novos — APCN para submissão à Capes (Edital N.º 20/2026).
	3. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional — PRDI: Ofício N.º 147/2026 – DGP
	3.1. Indicadores Plataforma Nilo Peçanha 2026 do IFFar; e 3.2. Informe: 3.2.1. Contratação de empresa responsável pela execução do concurso para os cargos de técnicos-administrativos em educação — TAEs.
	4. Pró-Reitoria de Extensão — Proex: Ofício N.º 35/2026 – Proex
	4.1. Participação do IFFar nos Jogos Estudantis da Região Sul — JIFSul 2026; 4.2. Participação do IFFar nos Jogos Eletrônicos dos Institutos Federais — eJIF 2026: fases institucional e nacional; e 4.3 Informes: 4.3.1. Atualização referente aos programas governamentais; 4.3.2. Relatório de egressos; e 4.3.3. Inscrições Selo ODS Educação 2026.
	5. Pró-Reitoria de Ensino — Proen: Ofício N.º 52/2026 – Proen
	5.1. Perfil do Estudante 2026; e 5.2. Informe: 5.2.1. Seminário dos Gestores de Ensino 2026.
	6. Pró-Reitoria de Administração — Proad: Ofício N.º 58/2026 – Proad
	6.1. Projeto de Lei Orçamentária — PLOA 2027: Matriz distributiva; 6.2. Atualização do orçamento 2026; e 6.3. Informe: 6.3.1. Fórum de Pró-Reitores de Administração — Forplan.

PARTICIPANTES			
DIRIGENTE		NOME	FREQUÊNCIA
01	Reitor(a)	Nídia Heringer	✓
02	Pró-Reitor(a) de Administração	Deivid Buttinger Dutra de Oliveira	✓
03	Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional	Carlos Rodrigo Lehn	✓
04	Pró-Reitor(a) de Ensino	Patrícia Alessandra M. Metz Donicht	✓
05	Pró-Reitor(a) de Extensão	Getulio Jorge Stefanello Junior	✓
06	Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Thirssa Helena Grando	✓
07	Diretor(a)-Geral Alegrete	Mirian Marchezan Lopes	✓
08	Diretor(a)-Geral Caçapava do Sul	Alberto Pahim Galli	✓
09	Diretor(a)-Geral Frederico Westphalen	Silvana Alves Pedrozo	✓
10	Diretor(a)-Geral Jaguari	Ricardo Antonio Rodrigues	✓
11	Diretor(a)-Geral Júlio de Castilhos	Silvia Regina Montagner	✓
12	Diretor(a)-Geral Panambi	Marcelo Bataglin	✓
13	Diretor(a)-Geral Santa Rosa	Analice Marchezan	✓
14	Diretor(a)-Geral Santo Ângelo	Marieli Terezinha Krampe Machado	✓
15	Diretor(a)-Geral Santo Augusto	Marcia Fink	✓
16	Diretor(a)-Geral São Borja	Maíra Frigo Flores	–
17	Diretor(a)-Geral São Luiz Gonzaga	Marcelo Eder Lamb	✓
18	Diretor(a)-Geral São Vicente do Sul	Paulo Roberto Cecconi Deon	✓
19	Diretor(a)-Geral Uruguaiana	Jhonathan Alberto dos S. Silveira	✓

EQUIPE DE APOIO
Dalva Pillar, Gabinete da Reitoria – GRE; Ricardo Pratti e Fernanda Ziegler, Secretaria Executiva – SEE; Adriano Lima – WebTV.

CONVIDADOS
Caroline Leuchtenberger – PRPPGI (manhã); Jaline Mombach – PRDI (manhã); Lucas Flores – DG Pró-tempore do *Campus* Santiago; Alexsandro Lencina – DG SB Substituto; Priscila – DAE (tarde); Carla Zappe – Capne (tarde).

REGISTRO DA REUNIÃO

ABERTURA: A Reitora Nídia Heringer/RT iniciou a 6ª Reunião Ordinária do Colegiado de Dirigentes — Codir às nove horas do dia doze de agosto de 2026, de forma on-line. Inicialmente, saudou os estudantes do IFFar pelo Dia do Estudante, comemorado no dia anterior. Na sequência, deu as boas-vindas aos dirigentes, à equipe de apoio e à comunidade acadêmica que acompanhava a transmissão. **EXPEDIENTE:** De imediato, tratou da apreciação do registro da 5ª Reunião Ordinária do Codir de 2026 realizada em primeiro de julho. Não havendo manifestações, o registro foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Não houve acréscimo de pauta. **ORDEM DO DIA:** 1. Gabinete da Reitora: 1.1. Apresentação de Projeto Institucional: Nídia informou que, na presente reunião, não haveria apresentação de projeto institucional. Disse que pediu para Proen, PRPPGI e Proex uma listagem de projetos e, a partir desse levantamento, será estabelecida a representatividade dos projetos por *campus* até o final do ano. 1.2. Portaria MEC Nº. 657/2026 – Redistribuição de cargos e códigos de vaga da carreira de docentes EBTT (10min): Nídia/RT introduziu o informe, pontuando que, no semestre anterior, foi publicada a atualização do banco de docentes e de técnico-administrativos em educação — TAE. Comunicou a publicação da Portaria MEC N.º 657, de 4 de agosto de 2026, que estabeleceu a distribuição de códigos de vagas docentes para os Institutos Federais, tendo o IFFar recebido trinta códigos de vagas. Foram também recebidas as respectivas Notas

REGISTRO DA REUNIÃO	
19	Técnicas referentes à distribuição dos cargos às instituições. Após conferência realizada,
20	constatou-se que os referidos códigos de vagas já se encontram à disposição do IFFar.
21	Carlos/PRDI deu continuidade ratificando a informação da publicação da Portaria,
22	fundamentada na Nota Técnica CGDP/DDR/SETEC/SETEC N.º 95/2026, que promoveu a
23	descentralização de trinta códigos de vagas docentes para o IFFar. Conforme a referida
24	Nota Técnica, a medida tem por finalidade atender às unidades que obtiveram autorização
25	de funcionamento recentemente. Informou também que a Portaria Conjunta MGI/MEC
26	N.º 41/2026 ampliou o banco de professor equivalente do Instituto, com a previsão de
27	quarenta e cinco novas vagas, totalizando cento e sessenta e oito docentes no referido
28	banco. Considerando as novas unidades já contempladas, a instituição conta atualmente
29	com novecentos e quarenta docentes. Quanto à distribuição dos trinta códigos de vagas
30	recebidos, foi apresentada a proposta de alocação igualitária entre as três unidades
31	recentemente autorizadas (São Luiz Gonzaga, Santiago e Caçapava do Sul), com dez
32	códigos destinados a cada uma. Destacou que o banco de professor equivalente ainda
33	comporta a ampliação do quantitativo de códigos de vagas, de modo a possibilitar a
34	integralização das unidades conforme previsto na regulamentação ministerial. Segundo
35	Carlos/PRDI, a proposta apresentada foi considerada, no momento, a alternativa viável
36	diante do quantitativo de códigos de vagas atualmente disponibilizado à instituição.
37	Nídia/RT informou que, em reunião realizada no dia anterior com os diretores das três
38	novas unidades, foi discutida a Nota Técnica e a distribuição inicial dos códigos de vagas,
39	com o objetivo de viabilizar o início das atividades de implantação dos novos *campi*.
40	Embora o quantitativo disponibilizado não seja expressivo, destacou que permitirá a
41	constituição mínima das respectivas equipes de gestão. Relembrou que as funções
42	gratificadas — FG e os cargos de direção — CD destinados às novas unidades foram
43	encaminhadas ao final do mês de junho e início de julho, tendo sido designados os
44	respectivos responsáveis, na condição de diretores pró-tempore. Marcia/SA solicitou
45	esclarecimento acerca da destinação dos trinta códigos de vagas, distribuídos entre os três
46	*campi*, com dez códigos para cada unidade, questionando se o provimento poderá ocorrer
47	de forma imediata. Em caso afirmativo, questionou ainda sobre a possibilidade de
48	realização de remoções de servidores ainda no segundo semestre e se eventual
49	provimento das vagas decorrentes dessas movimentações será realizado por meio de
50	concurso público. Nídia esclareceu que os trinta códigos de vagas já estão disponíveis para
51	provimento imediato, tendo sido inseridos no sistema durante a semana. Informou que o
52	provimento observará, prioritariamente, as possibilidades de remoção interna e, na
53	ausência de candidatos, o aproveitamento do banco de concurso do IFFar. Cientificou que,
54	inicialmente, serão constituídas as equipes de gestão das três novas unidades,
55	especialmente em razão de estas ainda não contarem com atividades letivas regulares,
56	evitando-se situações de desvio de função. A composição compreenderá duas direções –
57	a de Ensino, Pesquisa e Extensão, e a Administração e Desenvolvimento Institucional –
58	com as respectivas coordenações, conforme definição dos gestores. Informou também
59	que serão avaliadas, ao longo do semestre, as possibilidades de remoção para o
60	preenchimento das vagas, observando-se a prioridade aos servidores interessados em
61	mobilidade interna e, quando necessário, a utilização do banco de concurso. Ressaltou
62	que as movimentações somente serão efetivadas após a avaliação das necessidades dos
63	*campi* de origem, de modo a não prejudicar as atividades desenvolvidas pelos servidores.
64	Por fim, tratou da necessidade de aguardar a distribuição dos códigos de vagas para TAEs,
65	considerando a importância desses profissionais para o funcionamento das novas
66	unidades, bem como os encaminhamentos do MGI relativos à regulamentação dos cargos

e à posterior distribuição das respectivas vagas. Posteriormente, Marcia/SA também questionou se há perspectiva de concurso docente ainda este ano. Nídia/RT respondeu que a realização do concurso docente ainda no corrente ano será precedida de reunião técnica com os gestores, considerando os impactos e as necessidades institucionais envolvidos. Ponderou que, embora haja banco de aprovados para diversas áreas, algumas já não dispõem de candidatos habilitados, sendo necessária a avaliação conjunta das demandas. Pontuou ainda que o planejamento institucional prevê a realização de concursos para docentes e TAEs. Em relação ao concurso TAE, a Proad e a PRDI já realizaram os encaminhamentos necessários à contratação da banca organizadora, considerando os onze códigos de vagas anteriormente recebidos e distribuídos pelo Codir, possivelmente na reunião ocorrida em Frederico Westphalen. Entre essas vagas, destacam-se cinco para o cargo de Assistente em Administração, cuja formação de um banco de aprovados é considerada estratégica para a instituição. A definição dos próximos encaminhamentos será realizada após reunião técnica com os gestores. Em complemento ao questionamento anteriormente apresentado por Marcia/SA, Analice/SR solicitou orientação acerca dos procedimentos a serem adotados nos casos de remoção de docentes para os quais não haja concurso público vigente. Questionou se, nessas situações, a instituição deverá aguardar a homologação de novo concurso para proceder à nomeação ou se a remoção poderá ser efetivada de imediato, ainda que o *campus* permaneça, temporariamente, sem o docente. Para responder e finalizar o informe, Nídia esclareceu que, nas situações em que houver interesse na movimentação de docente e não houver concurso vigente para provimento da vaga, será adotado, inicialmente, o exercício provisório, e não a remoção, considerando que a remoção deverá ocorrer com a respectiva contrapartida de vaga para o *campus* de origem. Observou que, havendo concordância entre os gestores, o servidor poderá permanecer em exercício provisório até que a vaga seja disponibilizada e a remoção possa ser efetivada. Explicou que os códigos de vagas docentes em questão não geram vagas para professores substitutos, observando-se as hipóteses previstas na legislação para contratação de substitutos. Quanto às situações específicas de carga horária e organização das atividades, poderão ser avaliadas alternativas temporárias, inclusive a atuação do servidor em mais de uma unidade, mediante análise individual e acordo entre os gestores envolvidos. 1.3. Reconhecimento de Saberes e Competências dos Técnico-Administrativos em Educação — RSC TAE (24min37): Nídia informou acerca do processo de regulamentação do Reconhecimento de Saberes e Competências — RSC) dos Técnicos-Administrativos em Educação — TAEs, destacando a publicação dos respectivos atos normativos e o trabalho desenvolvido pela comissão responsável pela elaboração da regulamentação no IFFar. Comunicou que a minuta foi submetida à Procuradoria Jurídica e encontra-se em fase final de ajustes, não sendo submetida previamente à apreciação do Codir, em razão da necessidade de tramitação por meio de resolução *ad referendum*, a ser posteriormente apreciada pelo Conselho Superior. Expôs a expectativa de formalização dos primeiros processos ainda no período de agosto/setembro, considerando que mais de 500 servidores poderão requerer o reconhecimento. Por fim, registrou agradecimento à Diretoria de Gestão de Pessoas — DGP, à PRDI, à Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos TAEs — CIS e aos demais servidores envolvidos na construção da regulamentação. 1.5. Ajuste do calendário de reuniões do Codir 2026 – on-line/presenciais (29min24): Nídia propôs a alteração da reunião do Codir prevista para dezessete de setembro, inicialmente programada para ocorrer presencialmente no *Campus* Alegrete, em razão dos custos elevados de deslocamento da equipe da Reitoria. Diante da limitação

orçamentária, propôs a realização da reunião em formato on-line e o retorno para o dia dezesseis de setembro, quarta-feira, dia habitual das reuniões do colegiado, em substituição à quinta-feira anteriormente prevista. Nídia registrou agradecimento ao *Campus* Alegrete, em especial à Diretora-Geral, pelo convite e pela organização inicialmente proposta que estaria vinculada às festividades da Semana Farroupilha. A proposta foi submetida à apreciação dos dirigentes, sem registro de contrariedade, ficando encaminhada a reorganização da reunião para o formato on-line no dia dezesseis de setembro. Em relação à dúvida sobre a reunião prevista para dezembro, esclareceu que sua alteração ainda não foi realizada, em razão da necessidade de organização da concessão do título de Doutor *Honoris Causa*, aprovada na última reunião do Conselho Superior — Consup. Ressaltou que, neste momento, a reorganização se restringe à reunião de setembro, de modo a assegurar a continuidade das atividades, permanecendo a definição referente ao mês de dezembro para deliberação futura. 1.4. Participação do IFFar na Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — Reditec 2026 (34min12): Nídia informou que a Reditec 2026 ocorrerá em novembro, sob organização e financiamento da Setec, cabendo às instituições o custeio do deslocamento dos participantes. Em razão das restrições orçamentárias, o IFFar terá participação reduzida, com representação da Reitoria e dos *campi*, conforme definição previamente acordada. Informou ainda a organização da participação nos fóruns do Conif, limitada a uma atividade anual por representante. Os *campi* serão formalmente consultados quanto aos participantes, para os devidos encaminhamentos de passagens e demais providências. 1.6. Protocolo Climático do IFFar – formalização (40min08): Nídia introduziu a pauta falando da necessidade de elaboração de um protocolo climático institucional para orientar a tomada de decisões em situações de eventos climáticos severos, considerando a frequência com que a Defesa Civil, as prefeituras e o Governo do Estado têm sido mobilizados para garantir a segurança da população. Destacou que tais ocorrências têm impactado as unidades, especialmente quanto à realização das atividades letivas, tendo em vista os episódios recentes de clima severo no Rio Grande do Sul. Ponderou que a suspensão das atividades envolve não apenas a reorganização do calendário acadêmico, mas também questões funcionais relacionadas aos servidores impossibilitados de se deslocar para suas atividades. Nesse sentido, o estabelecimento de procedimentos institucionais que assegurem maior clareza e segurança nas decisões e nos encaminhamentos faz-se necessário. Como encaminhamento, Nídia propôs a constituição de um grupo de trabalho — GT, de caráter institucional, com participação da PRDI e da Proen, bem como de Diretores-Gerais, para discutir e elaborar o protocolo climático, considerando que a pauta ultrapassa as competências de uma única pró-reitoria ou unidade. Acrescentou que já existem estudos e protocolos em elaboração que poderão servir de referência, ressaltando-se a necessidade de analisar a realidade do IFFar, especialmente quanto aos aspectos legais da suspensão e recuperação das atividades letivas e às questões funcionais relacionadas aos servidores envolvidos nessas situações. Patrícia/Proen apresentou o histórico da pauta, registrando que a discussão teve origem no final de maio, a partir de situações relacionadas a eventos climáticos, inicialmente trazidas pelo *Campus* São Borja à Proen. Após análise, entendeu-se que a temática ultrapassa as competências do Comitê Assessor de Ensino — Caen, por envolver não apenas a suspensão de atividades letivas, mas também questões relacionadas à permanência e à segurança de estudantes e servidores, caracterizando-se, portanto, como uma pauta institucional. Informou que a temática foi posteriormente discutida na reunião de gestão das Pró-Reitorias, realizada em treze de

REGISTRO DA REUNIÃO	
163	julho, e encaminhada para apreciação institucional pelo Codir. Comunicou que foram
164	levantadas referências de outros Institutos Federais do Rio Grande do Sul, incluindo
165	documentos adotados pelo IFSul e pelo IFRS, as quais foram organizadas para subsidiar os
166	trabalhos do GT a ser constituído. Carlos/PRDI manifestou o entendimento de que a
167	adoção de um Protocolo Climático Institucional constitui medida estratégica para a
168	instituição, por possibilitar a consolidação de diretrizes voltadas à prevenção, adaptação,
169	resposta e continuidade das atividades diante de eventos climáticos severos. Mencionou
170	episódios recentes ocorridos nas unidades, a exemplo da microexplosão registrada no
171	*Campus* Alegrete, que demandaram a adoção de diferentes medidas institucionais em
172	curto período. Nesse sentido, Carlos/PRDI manifestou apoio à iniciativa e se disponibilizou
173	para integrar o GT a ser constituído. Nídia solicitou a participação de dois ou três Diretores-
174	Gerais no GT. Esclareceu que a instituição já adota medidas de segurança, observando as
175	orientações da Defesa Civil das localidades ou regiões em que os *campi* estão inseridos, o
176	que pode resultar em diferentes encaminhamentos conforme o nível de risco de cada
177	unidade. Ressaltou que o protocolo terá como objetivo estabelecer formalmente
178	procedimentos para situações de eventos climáticos severos, definindo critérios,
179	responsabilidades e fluxos de decisão, sempre em articulação com a Defesa Civil. Destacou
180	a existência de ferramentas tecnológicas e modelos de previsão capazes de antecipar
181	situações de risco, contribuindo para a proteção de estudantes e servidores. Ao final,
182	mencionou a manifestação de Jhonathan/UG para integrar o GT, sendo indicado para
183	compor a equipe. Mirian/AL também manifestou disponibilidade para participação no GT,
184	considerando a vivência do *campus* com eventos climáticos severos, incluindo
185	microexplosão, vendavais e recente suspensão de atividades letivas por questões de
186	segurança. Destacou que a adoção de um protocolo institucional poderá oferecer maior
187	respaldo e segurança à tomada de decisões. Expôs que o *campus* já utiliza os alertas da
188	Defesa Civil e conta com apoio técnico na área de meteorologia, sendo necessária,
189	contudo, a definição de critérios mais claros para a adoção de medidas conforme os
190	diferentes níveis de alerta, especialmente em situações de maior risco. Marieli/SAN se
191	dispôs a contribuir com o grupo e relatou a participação do *campus* em grupo
192	interinstitucional coordenado pela Defesa Civil municipal de Santo Ângelo, com
193	representantes de diferentes órgãos e serviços, destinado ao acompanhamento da
194	elaboração do plano de contingência para eventos climáticos. Destacou a importância da
195	participação dos *campi* nessas articulações, inclusive para acesso a informações
196	atualizadas e qualificação da tomada de decisões institucionais. Nídia informou que, no
197	grupo de Santa Maria, criado pela Secretaria de Educação em conjunto com a Defesa Civil,
198	representam o IFFar ela e Patrícia/Proen. Solicitou a emissão de Parecer do Codir acerca
199	da constituição do GT, indicando o Pró-Reitor Carlos/PRDI para a presidência do grupo, e
200	alguém da área de revisão da SEE. Tendo em vista o diálogo inicial do *Campus* São Borja
201	com a Proen acerca do tema, Alexsandro/SB também se disponibilizou a participar do GT.
202	Para fins de esclarecimento e devida formalização do encaminhamento, Fernanda/SEE
203	questionou se, no presente caso, haveria necessidade de votação para a emissão do
204	Parecer, considerando que, em situações semelhantes, os encaminhamentos e demais
205	formalizações são registrados apenas em ata. Perguntou ainda quais elementos deveriam
206	constar do referido Parecer. Nídia, considerando a sensibilidade da matéria, solicitou que
207	o Parecer estabeleça o entendimento do Codir quanto à importância da elaboração de um
208	Protocolo Climático do IFFar, sem necessidade de submissão à votação, tendo em vista o
209	entendimento já consolidado acerca da matéria. Deliberou que o Parecer deverá indicar a
210	composição do GT, constituído por Fernanda/SEE, Jonathan/UG, Mirian/AL, Marieli/SAN,

REGISTRO DA REUNIÃO	
211	Alexsandro/SB, representantes da PRDI e da Proen, sob a presidência de Carlos/PRDI, com
212	prazo de quarenta e cinco dias para apresentação da matéria novamente ao Codir. Ficou
213	definido, por fim, que a composição do grupo e o respectivo prazo deverão constar do
214	Parecer, bem como que seja solicitada a emissão da correspondente Portaria de
215	constituição do GT. 2. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação — PRPPGI. 2.2.
216	Informe: 2.2.1. Elaboração de propostas de Apresentação de Propostas de Cursos Novos
217	— APCN para submissão à Capes (Edital N.º 20/2026) (55min49): Thirssa/PRPPGI pediu a
218	inversão da pauta, apresentando primeiramente o informe para dar sentido à revisão da
219	Resolução Consup N.º 67/2020. Inicialmente, disse que, desde o início da gestão 2025–
220	2029, a PRPPGI vem desenvolvendo ações alinhadas às metas do PDI e aos indicadores da
221	Setec, considerando a relevância da pós-graduação *stricto sensu* para o desenvolvimento
222	institucional. Nesse contexto, foram realizadas ações de sensibilização, capacitação e
223	acompanhamento dos docentes, incluindo a participação em fóruns e atividades
224	formativas relacionadas à elaboração de Apresentação de Propostas de Cursos Novos —
225	APCNs. Informou a realização de levantamento do perfil dos docentes pesquisadores, com
226	o objetivo de identificar áreas temáticas e grupos com potencial para a elaboração de
227	propostas de novos programas. A partir desse estudo, foram identificados três grupos
228	potenciais, dos quais dois constituíram GTs que passaram a trabalhar na elaboração de
229	propostas de APCNs, considerando a produtividade docente e áreas estratégicas para a
230	pós-graduação. Considerou que a publicação do novo Edital da Capes, em 26 de junho de
231	2026, intensificou esse movimento institucional. Nesse contexto, os dois GTs vêm
232	desenvolvendo estudos e estruturando as respectivas APCNs, incluindo a definição das
233	áreas de concentração, temáticas, linhas de pesquisa, composição dos corpos docentes e
234	demais elementos necessários à submissão das propostas à Capes. Registrou que os
235	estudos ainda estão em andamento e que, após o amadurecimento das propostas, será
236	realizada a formalização junto aos *campi* e respectivos colegiados, conforme o fluxo
237	institucional. Destacou que a análise do edital e dos novos normativos da Capes evidenciou
238	a necessidade de revisão da Resolução Consup n.º 67/2020, que aprova o Regulamento
239	do Ensino Superior de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, de modo a adequar a regulamentação
240	institucional às exigências vigentes e proporcionar maior segurança e alinhamento para a
241	tramitação das propostas. Esclareceu que a Resolução Consup n.º 07/2025, que aprova o
242	Regulamento para Criação e Oferta de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*,
243	permanece como referência para os procedimentos relacionados à proposição e criação
244	de novos programas. Mencionou a articulação com a CPA para atendimento às exigências
245	do edital da Capes relacionadas à percepção da comunidade acadêmica, bem como a
246	verificação do alinhamento das propostas com o PDI institucional. Por fim, destacou a
247	necessidade de tramitação célere da revisão da Resolução Consup n.º 67/2020,
248	considerando o prazo do edital da Capes para submissão das APCNs até 18 de dezembro
249	de 2026. Registrou agradecimento aos servidores e GTs envolvidos na elaboração das
250	propostas e na revisão normativa. Na sequência, a palavra foi passada à Coordenadora de
251	Pós-Graduação, Caroline Leuchtenberger, para apresentação dos GTs, das respectivas
252	propostas de APCN e dos principais pontos da revisão da Resolução nº 67/2020. 2.1.
253	Revisão da Resolução Consup N.º 67/2020 que trata do Regulamento do Ensino Superior
254	de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do IFFar (Processo N.º 23873.003929/2026-64)
255	(1h08min30): Caroline/CPG apresentou a caracterização dos dois GTs constituídos no
256	semestre anterior com a finalidade de elaborar propostas de novos cursos de pós-
257	graduação *stricto sensu* para submissão ao Edital Capes n.º 20/2026. Informou que ambos
258	os grupos estão vinculados à grande área de avaliação Multidisciplinar. O primeiro GT,

REGISTRO DA REUNIÃO	
259	vinculado à subárea de Ensino, desenvolve proposta com foco em Ensino, Currículo e
260	Tecnologias, reunindo docentes de diferentes áreas e *campi*, tendo o *Campus* Alegrete
261	como potencial sede. O segundo GT, vinculado à subárea de Ciências Ambientais, trabalha
262	na elaboração de proposta voltada à Qualidade Ambiental e Sustentabilidade, ainda em
263	fase de definição quanto à denominação, linhas de pesquisa, *campus* sede e composição,
264	considerando as lacunas regionais e os critérios da Capes para evitar sobreposição com
265	cursos existentes, com possibilidade de organização *multicampi*. Ressaltou que as
266	propostas permanecem em construção e vêm sendo ajustadas em razão das atualizações
267	do edital e dos documentos de avaliação das áreas. Por fim, registrou agradecimento aos
268	docentes integrantes dos GTs e aos dirigentes pelo apoio e pela liberação dos servidores
269	para participação nas atividades, destacando o empenho e a colaboração institucional na
270	elaboração das propostas. Posteriormente, falou especificamente sobre o processo de
271	revisão da Resolução Consup n.º 67/2020. Pontuou que a necessidade de atualização já
272	havia sido identificada anteriormente e que se aguardava a consolidação de documentos
273	e normativas da Capes para subsidiar a revisão. Foram considerados, entre outros
274	referenciais, o Plano Nacional de Pós-Graduação, o edital da Capes para novas propostas
275	de cursos e os documentos de avaliação das áreas. Ratificou que a proposta passou por
276	análise jurídica, tendo recebido parecer favorável, com apontamentos técnicos e textuais
277	pontuais, já incorporados ao documento. A revisão realizada pelo GT promoveu alterações
278	significativas na estrutura da norma, incluindo três novos capítulos dedicados ao
279	planejamento estratégico dos programas, à autoavaliação permanente e à
280	internacionalização, além da revisão e reorganização dos dispositivos, com ampliação de
281	66 para 70 artigos e supressão ou substituição de conteúdos considerados redundantes
282	ou excessivamente específicos. Destacou a atualização da regulamentação quanto a temas
283	como inovação, impacto social, internacionalização, inclusão, ciência aberta, integridade
284	científica e uso ético da inteligência artificial. A proposta também redefine o papel da
285	regulamentação institucional, estabelecendo diretrizes gerais e ampliando a autonomia
286	dos programas para disciplinarem, em seus regimentos internos, aspectos específicos de
287	governança, currículo, créditos, avaliação, ingresso e desligamento, considerando as
288	particularidades de cada área e modalidade. Além disso, foram incorporados eixos
289	relacionados à articulação da pós-graduação com o PDI e o planejamento institucional, ao
290	desenvolvimento regional, ao acompanhamento de egressos, à avaliação dos impactos
291	científico, social e regional, ao fortalecimento da pesquisa, inovação, extensão e
292	interdisciplinaridade, às ações de inclusão, acessibilidade, ações afirmativas e
293	permanência estudantil, bem como à regulamentação de alunos especiais, mobilidade
294	acadêmica e estágio pós-doutoral. Ressaltou que a reformulação busca ampliar a
295	autonomia e a responsabilidade dos programas quanto ao planejamento, autoavaliação,
296	acompanhamento de indicadores e resultados, ao mesmo tempo em que fortalece a
297	governança institucional da pós-graduação pela PRPPGI e pelos colegiados, aprimora o
298	acompanhamento dos programas e alinha a regulamentação às políticas nacionais e aos
299	critérios de avaliação da Capes, estabelecendo base normativa para a expansão e
300	consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no IFFar. Por fim, registrou que a minuta
301	também recebeu parecer favorável do Capep. Thirssa reiterou os agradecimentos a todos
302	os envolvidos e complementou que as duas propostas de novos programas de pós-
303	graduação serão estruturadas na modalidade de mestrado profissional, decisão
304	considerada estratégica pela instituição, em razão do perfil dos Institutos Federais e das
305	características observadas nos processos de avaliação e aprovação da Capes. Enfatizou
306	que as propostas estão sendo estruturadas em formato *multicampi*, envolvendo docentes

de diferentes unidades, como estratégia de fortalecimento e ampliação da oferta institucional. Informou que a PRPPGI vem realizando estudos e interlocuções com outras instituições da Rede Federal que possuem experiência com programas *multicampi*, buscando compreender modelos de organização, funcionamento, sede e eventual alternância na oferta entre os *campi* participantes. Pontuou que o objetivo dos estudos é subsidiar a definição do modelo mais adequado para as propostas do IFFar. Assim como Caroline, se colocou à disposição para esclarecimentos. Nídia manifestou a necessidade de aprofundamento dos estudos acerca da organização das matrículas e da oferta dos programas *multicampi*, considerando que as matrículas impactam indicadores institucionais das unidades, conforme a matriz do MEC. Ressaltou que existem diferentes estratégias adotadas pelas instituições da Rede Federal para a gestão de programas *multicampi*, especialmente quanto à participação docente, distribuição de carga horária e deslocamento entre os *campi*. Nesse sentido, reforçou a solicitação feita à PRPPGI sobre o levantamento de alternativas para a estruturação futura dos programas, de modo a assegurar a participação e o pertencimento dos *campi* envolvidos, especialmente após a aprovação das APCNs, possibilitando o estabelecimento de estratégias adequadas para a execução e gestão dos cursos. Thirssa esclareceu que a organização *multicampi* já é uma característica consolidada nos Institutos Federais e que, no ano anterior, a Capes publicou normativa específica estabelecendo diretrizes para propostas de programas *multicampi*. Informou que esse modelo passou a ser formalmente reconhecido e regulamentado pela Capes, contribuindo para maior segurança e clareza na estruturação e oferta desses programas. Marcia/SA questionou, com base nas duas propostas em elaboração de mestrado profissional, a perspectiva de criação de programas de doutorado. Questionou, ainda, considerando o caráter *multicampi* das propostas, como se pretende estruturar a distribuição da força de trabalho e das vagas entre os *campi* envolvidos, de modo a assegurar a viabilidade dos programas sem sobrecarregar os servidores e sem gerar impactos negativos na organização institucional. Indagou, especificamente, se já foi realizado mapeamento da disponibilidade de força de trabalho para atender às novas ofertas ou se será necessária a recomposição de recursos humanos, bem como em que momento e de que forma o Codir deverá participar dessa discussão. Sobre o primeiro questionamento, Thirssa esclareceu que, inicialmente, as propostas contemplam cursos de mestrado profissional, sendo que eventual oferta de doutorado dependerá da avaliação e consolidação dos respectivos programas pela Capes, após o cumprimento do ciclo do mestrado e obtenção de avaliação satisfatória. Quanto à força de trabalho, informou que ainda está em andamento o levantamento do impacto das novas ofertas sobre a carga horária e a disponibilidade de docentes, considerando que a composição definitiva dos programas dependerá da aprovação das APCNs e da definição dos docentes que efetivamente integrarão os cursos. Após a aprovação pela Capes, deverá ser realizado estudo de impacto para avaliar a necessidade de adequação ou recomposição da força de trabalho, observando-se a disponibilidade de vagas e as especificidades dos *campi* envolvidos. Carlos/PRDI sugeriu a elaboração de normativa institucional específica para disciplinar situações dessa natureza, de modo a conferir maior segurança e uniformidade às decisões e evitar a necessidade de deliberações casuísticas. Na sequência, registrou reconhecimento ao trabalho desenvolvido na organização e elaboração das propostas para submissão das APCNs, destacando o planejamento, a articulação institucional, o diálogo entre as diferentes áreas e o comprometimento das equipes envolvidas. Nídia sugeriu para etapa posterior a elaboração de Instrução Normativa — IN destinada a regulamentar os aspectos organizacionais relacionados aos programas *multicampi*,

especialmente quanto à definição dos docentes participantes, deslocamentos, procedimentos de matrícula, contabilização das matrículas na PNP e eventuais impactos orçamentários, respondendo também ao segundo questionamento de Marcia/SA. Destacou a existência de diferentes modelos adotados por Institutos Federais para a gestão dessas questões e a necessidade de estabelecer diretrizes institucionais que proporcionem maior segurança e uniformidade aos procedimentos, evitando a recorrência anual das mesmas discussões e dificuldades operacionais. Não havendo manifestações específicas sobre a revisão da Resolução Consup N.º 67/2020, a matéria foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Intervalo das dez e trinta e cinco às dez e quarenta e cinco. 3. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional — PRDI. 3.1. Indicadores Plataforma Nilo Peçanha 2026 do IFFar (1h45min40): Carlos/PRDI introduziu a pauta referente aos indicadores da Plataforma Nilo Peçanha — PNP, ano-base 2025, destacando a importância dos dados para o conhecimento objetivo da instituição, especialmente quanto ao perfil dos estudantes, à organização das ofertas, aos resultados institucionais e aos principais desafios identificados a partir dos indicadores apresentados. De imediato, Jaline Mombach/Pesquisa Institucional apresentou o relatório, enfatizando os principais resultados, os quais foram, posteriormente, compartilhados por *e-mail* com toda a comunidade acadêmica do IFFar. Ao final, se colocou à disposição, junto com a equipe da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional — DPDI, para qualquer dúvida. Nídia destacou a evolução dos indicadores institucionais, ressaltando, contudo, a necessidade de avanços graduais e contínuos, especialmente em aspectos com impacto orçamentário, como eficiência acadêmica e Restos a Pagar — RAP. Falou da importância de analisar os indicadores considerando as especificidades e vulnerabilidades dos diferentes territórios, evitando-se a interpretação isolada dos dados. Enfatizou a necessidade de atenção à oferta de cursos técnicos e aos impactos da ampliação de outras modalidades de formação nos indicadores institucionais e orçamentários. Por fim, reforçou o caráter contínuo do trabalho de acompanhamento e aprimoramento dos indicadores. Carlos complementou acerca da importância da apresentação periódica dos indicadores da PNP pela PRDI, como forma de promover transparência, fortalecer a cultura institucional de planejamento e subsidiar a tomada de decisões baseada em evidências. Informou que os relatórios individuais das unidades seriam encaminhados após a conclusão da revisão. Registrou agradecimento à PRDI, à DPDI, às unidades e às pró-reitorias pela participação nas discussões dos indicadores, destacando que seu aprimoramento constitui compromisso coletivo institucional. Por fim, colocou-se a PRDI à disposição para novos momentos de discussão sobre a temática. Jaline agradeceu a sugestão enviada por meio do *chat* da transmissão da reunião a qual se referiu ao *slide* sobre as cotas. Esclareceu que o conteúdo apresentado segue a forma de divulgação adotada pela PNP, na qual todas as modalidades de cotas estão vinculadas à escola pública. Destacou, contudo, a importância de tornar essa informação mais clara, especialmente para o público externo à instituição, ficando registrado que o *slide* será ajustado conforme a sugestão recebida. Nídia finalizou a discussão da matéria ressaltando a necessidade de inclusão dos indicadores de ensino no Relatório de Gestão, os quais não foram apresentados na aprovação do documento pelo Consup em razão da falta dos dados da PNP. Solicitou a Carlos/PRDI o encaminhamento dos referidos indicadores para apreciação na próxima reunião do Consup. 3.2. Informe: 3.2.1. Contratação de empresa responsável pela execução do concurso para os cargos de técnicos-administrativos em educação — TAEs (2h19min21): Carlos informou o andamento da organização do concurso público para TAEs, com previsão de realização no segundo semestre de 2026. Após

levantamento realizado junto às unidades, foram previstas vinte e nove vagas, distribuídas em doze cargos, sendo dez de nível E e dois de nível D, para provimento no âmbito do IFFar, e não por unidade. Para a realização do certame, Carlos disse que foram consultadas cinco bancas organizadoras, sendo selecionada a Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências — Fundatec, que apresentou o melhor orçamento. Está previsto no plano de ação o valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), considerando até cinco mil inscritos, com estimativa adicional de dois mil candidatos. Carlos informou que o processo encontra-se em fase final de instrução, após ajustes relacionados às condições de pagamento da banca. A previsão é de encaminhamento à Procuradoria Federal vinculada ao IFFar e de assinatura do contrato em 15 de setembro de 2026. A DGP e a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas — CDP estão elaborando cronograma enxuto para viabilizar a conclusão do concurso ainda em 2026, sendo solicitado caráter de urgência à Procuradoria Federal para antecipação da análise, possibilitando a assinatura do contrato e a posterior publicação do edital. Após a confirmação da assinatura do contrato, as informações serão divulgadas à comunidade por meio do Comitê Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional — Cadip. Por fim, Carlos agradeceu à CDP/DGP e à Diretoria de Compras, Licitações e Contratos — DCLC/Proad pelo trabalho realizado, bem como ao Cadip, pela interlocução com as unidades e pelo levantamento das áreas necessárias à elaboração dos orçamentos. Nídia reiterou os agradecimentos e comunicou que a elaboração da minuta do edital está em andamento, observando os prazos mínimos legais para as inscrições e demais exigências aplicáveis aos concursos públicos. Informou que, em razão do período de defeso eleitoral, não poderão ser realizadas nomeações até 7 de janeiro de 2027 para concursos homologados durante o período vedado. Assim, o concurso deverá ocorrer no segundo semestre de 2026, com as nomeações previstas a partir do término do defeso eleitoral. Esclareceu ainda que as vagas previstas no concurso contemplam novos códigos de vagas recebidos por meio da última portaria, além de vagas decorrentes de aposentadorias, vacâncias e redistribuições. Os novos códigos já foram distribuídos, enquanto as vagas decorrentes de desligamentos permanecem vinculadas às respectivas unidades de origem dos servidores. Analice/SR questionou a possibilidade de alteração dos códigos de vagas decorrentes de vacâncias, a exemplo do código de Relações Públicas, de modo a permitir sua inclusão ou utilização no concurso em questão. Nídia esclareceu que os códigos de vagas decorrentes de vacância retornam ao saldo do MGI e, posteriormente, poderão ser transformados em cargos de maior abrangência. Entretanto, essa alteração não ocorrerá em tempo hábil para contemplar o presente concurso. Informou que já foi encaminhada solicitação de alteração dos códigos, porém o procedimento possui prazo prolongado. Também destacou que existem cargos, como Técnico em Secretariado e Auxiliar em Administração, que foram extintos por decreto em 2019, o que dificulta a reposição dos profissionais e a utilização desses códigos para novas nomeações. Analice ainda perguntou se, no caso dos códigos que retornam ao saldo do MGI, ainda não é possível definir qual código de vaga será posteriormente disponibilizado ou transformado. Nídia ponderou que, no momento, não é possível prever em que prazo ou sob qual código ocorrerá o retorno da vaga ao saldo do MGI. Destacou a preocupação quanto à possibilidade de realização de concurso sem formação de cadastro de reserva para determinada área, considerando que a disponibilização futura de novos códigos poderá demandar longo prazo para eventual nomeação. Conforme informações recentes do Conif, noticiou que há expectativa de que o MGI disponibilize, ainda em 2026, novos códigos de vagas de caráter amplo, relacionados aos cargos de Analista Educacional e Assistente Educacional. O documento

que regulamenta esses cargos encontra-se em tramitação, com expectativa de publicação. Caso os novos códigos sejam disponibilizados antes da publicação do edital, prevista preliminarmente para setembro ou início de outubro, será avaliada a possibilidade de sua inclusão no concurso, mediante revisão do orçamento e dos procedimentos necessários. Caso os novos códigos não sejam disponibilizados em tempo hábil, poderá ser realizado posteriormente um segundo concurso. Carlos/PRDI acrescentou que, mesmo com eventual disponibilização imediata dos novos códigos, não seria possível incluí-los no orçamento atualmente previsto, que foi elaborado com base no quantitativo de vagas já definido. Por fim, registrou que será dada devolutiva ao questionamento encaminhado por Santa Rosa via Ofício. 4. Pró-Reitoria de Extensão — Proex. 4.1. Participação do IFFar nos Jogos Estudantis da Região Sul — JIFSul 2026 (2h32min23): Getúlio/Proex apresentou a atualização das informações referentes à participação do IFFar nos JIFSul, considerando alterações ocorridas após a 5ª Reunião Ordinária do Codir. Informou que os jogos, organizados pelo IFSul, serão realizados de 15 a 18 de setembro, nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, em substituição à data e ao local anteriormente informados. Registrou o recebimento de ofício do IFSul solicitando a indicação do chefe da delegação, providência a ser adotada nos próximos dias. Em relação aos recursos, recordou que havia sido deliberada uma estimativa de R$120.000,00, inicialmente direcionada às despesas de alimentação e hospedagem. Posteriormente, o IFSul definiu que a delegação poderá contar com até 141 integrantes, entre atletas e servidores acompanhantes, sendo estimado em R$160.000,00 o valor destinado às despesas de hospedagem, alimentação, arbitragem, premiação, higiene e limpeza, saúde, materiais gráficos e demais serviços essenciais. Esse montante não contempla despesas com transporte, diárias e outros custos relacionados à participação institucional. Na sequência, foram apresentados três cenários para análise do colegiado. Cenário 1 – Delegação ampliada/completa: prevê a participação de até 141 integrantes, considerando a maior representatividade possível das unidades, com estimativa de R$160.000,00, acrescida dos custos de transporte e diárias. Nesse cenário, buscaria-se contemplar o maior número possível de atletas e modalidades classificadas, observando-se, contudo, a necessidade de adequação ao limite de integrantes estabelecido pela organização. Cenário 2 – Participação intermediária: considera a participação de atletas em quantitativo reduzido em relação ao cenário ideal, acrescida das despesas de transporte e diárias, totalizando uma estimativa de aproximadamente R$148.000,00. Esse cenário poderá implicar a exclusão de determinadas modalidades e/ou a participação de um mesmo atleta em mais de uma modalidade, de modo a compatibilizar a delegação com os recursos disponíveis. Cenário 3 – Manutenção do limite de R$120.000,00: considera a manutenção do valor deliberado anteriormente para a participação institucional, resultando em uma redução mais significativa do número de atletas e podendo ocasionar a ausência de representação em determinadas modalidades. A estimativa preliminar apresentada situou o custo total entre R$117.000,00 e R$118.000,00, permanecendo dentro do limite de R$120.000,00. Registrou que, como referência, a classificação obtida pelas unidades possibilitaria inicialmente a participação de até 158 atletas nas diferentes modalidades. Entretanto, esse quantitativo não poderá ser integralmente contemplado em razão do limite de 141 integrantes estabelecido pela organização e das restrições orçamentárias institucionais. Ao final, destacou que a definição do cenário é necessária para viabilizar a descentralização dos recursos à instituição organizadora e permitir a continuidade dos procedimentos de contratação e aquisição relacionados aos jogos. Nídia retomou a deliberação acerca da participação do IFFar nos JIFSul, esclarecendo que a participação

REGISTRO DA REUNIÃO	
499	institucional já havia sido aprovada e comunicada ao IFSul, responsável pela organização
500	do evento. Ratificou a necessidade de definir o quantitativo da delegação, considerando
501	as alterações de datas e local, bem como as limitações orçamentárias. Falou sobre a
502	experiência de organização dos jogos regionais pelo IFFar no ano anterior. Nesse contexto,
503	reiterou a apresentação dos três cenários orçamentários, correspondentes a diferentes
504	quantitativos de integrantes da delegação, contemplando atletas e servidores
505	acompanhantes, com os respectivos valores de rateio entre as unidades institucionais.
506	Reforçou que a participação deverá representar o IFFar como instituição, considerando os
507	estudantes classificados na etapa local, e não a participação individual de cada *campus*.
508	Assim, após a definição do cenário orçamentário pelo Codir, caberá à área de Educação
509	Física organizar as equipes, modalidades e quantitativos de atletas, adequando a
510	composição da delegação aos limites estabelecidos. Na sequência, colocou a pauta em
511	discussão. Marcia/SA manifestou a inexistência de disponibilidade orçamentária para a
512	participação no evento, destacando que, em reunião prévia do Codir, houve consenso
513	quanto à decisão de ratear os custos entre as unidades, não havendo intenção de recuar
514	dessa deliberação. Salientou, contudo, a importância de ouvir previamente os *campi*
515	envolvidos na composição das delegações antes da definição do cenário orçamentário.
516	Considerando as restrições financeiras, reconheceu que, na ausência de recursos
517	suficientes, a alternativa de menor custo seria a opção mais viável; entretanto, ponderou
518	que a decisão deveria considerar também as manifestações das unidades diretamente
519	envolvidas, especialmente quanto à possibilidade de ampliação da participação dos
520	estudantes. Jhonathan/UG solicitou esclarecimento acerca do Cenário 1, referente à
521	delegação completa, especialmente quanto à previsão de redução de 33 atletas,
522	correspondente a 20,9% do total inicialmente classificado. Questionou se, nesse cenário,
523	todas as modalidades permaneceriam viáveis e se a redução ocorreria exclusivamente no
524	número de atletas reservas das equipes, especialmente nas modalidades coletivas. O
525	questionamento buscou confirmar se todas as modalidades seriam mantidas, com
526	redução apenas na composição dos bancos de reservas. Getúlio esclareceu que, no
527	Cenário 1, seria possível manter a participação do IFFar em todas as modalidades, com
528	redução principalmente no número de atletas reservas das equipes. Considerando que a
529	delegação do ano anterior contou com aproximadamente 130 integrantes, o cenário
530	proposto representaria uma delegação de maior porte, porém ainda inferior ao
531	quantitativo ideal de 158 participantes. No Cenário 2, a participação seria mais restritiva,
532	podendo exigir a redução de modalidades ou a atuação de atletas em múltiplas
533	modalidades, com possibilidade de conflitos de horários. Já o Cenário 3 representaria a
534	maior limitação, podendo inviabilizar a participação do IFFar em determinadas
535	modalidades, especialmente nas coletivas. Jhonathan/UG também questionou a
536	possibilidade de participação do IFFar na etapa nacional dos jogos, caso alguma equipe ou
537	atleta obtenha classificação nos JIFSul. Ponderou que essa definição poderá influenciar a
538	escolha do cenário de participação na etapa regional, considerando os possíveis impactos
539	orçamentários futuros. Manifestou, preliminarmente, maior inclinação ao Cenário 1 caso
540	não esteja prevista a participação institucional na etapa nacional, visando ampliar a
541	representação dos atletas. Mirian/AL manifestou entendimento favorável à manutenção
542	da coerência com a decisão de participação nos JIFSul, defendendo a viabilização da
543	delegação completa, de modo a evitar cortes de atletas ou modalidades que possam
544	comprometer o desempenho das equipes e a representação institucional. Ponderou que
545	eventuais restrições orçamentárias para a etapa nacional deverão ser analisadas
546	posteriormente, considerando-se inadequada, neste momento, a redução de reservas ou

a eliminação de modalidades que possam comprometer a participação integral das unidades classificadas. Getúlio respondeu que a definição quanto à participação na etapa nacional dependerá dos resultados obtidos pelo IFFar nos JIFSul, uma vez que o número de classificações, especialmente em modalidades coletivas, poderá impactar diretamente o quantitativo e os custos da delegação nacional. Assim, a decisão sobre essa etapa deverá ser apreciada pelo colegiado após a realização dos JIFSul, quando haverá informações suficientes para subsidiar a deliberação. Nídia relembrou que no ano anterior o IFFar não obteve classificação nas modalidades coletivas para a etapa nacional, tendo a participação sido viabilizada com um número reduzido de estudantes classificados em modalidades individuais. Enfatizou, contudo, que os custos da etapa nacional permanecem elevados, especialmente em razão das despesas com transporte aéreo. Dessa forma, comunicou que a análise da participação na etapa nacional deverá ocorrer posteriormente, após a realização dos JIFSul, considerando-se os resultados obtidos e os respectivos impactos orçamentários. Analice/SR manifestou concordância com a adoção do Cenário 1, considerando que o impacto financeiro adicional não seria expressivo diante do compromisso institucional com o incentivo às atividades esportivas. Destacou a importância de manter a coerência com a decisão anteriormente tomada de participação nos JIFSul, evitando cortes que possam frustrar as expectativas dos estudantes e comprometer o trabalho desenvolvido pelos profissionais de Educação Física nas unidades. Além disso, ponderou que eventuais ajustes na composição das equipes devem considerar a integração e a preparação prévia dos atletas. Nídia refletiu que os jogos possuem objetivos que transcendem a competição esportiva, contemplando também a integração, a socialização e o fortalecimento do sentimento de pertencimento institucional. Nesse sentido, considerou inadequado o fracionamento da participação ou do transporte dos estudantes exclusivamente em função dos dias de competição, devendo-se assegurar a participação integral nas atividades previstas no evento. Marcelo Bataglin/PB expressou preocupação quanto às expectativas geradas nos estudantes a partir da etapa interna dos jogos, destacando a necessidade de esclarecer que eventual participação na etapa nacional dependerá dos resultados obtidos e da disponibilidade orçamentária. Embora reconhecido o Cenário 1 como ideal, ponderou a possibilidade de um cenário intermediário, com adequação do quantitativo de participantes e da quantidade de ônibus, como alternativa para reduzir a necessidade de exclusão de modalidades. O Cenário 3 foi considerado menos adequado por implicar cortes mais significativos e potencial inviabilização de modalidades, devendo a decisão final considerar a disponibilidade orçamentária das unidades. Paulo/SVS manifestou concordância com as manifestações anteriores, destacando as expectativas já geradas junto aos estudantes e reconhecendo as restrições orçamentárias enfrentadas pela instituição. Declarou favorável ao Cenário 1, ressaltando que a participação nos jogos constitui uma representação institucional do IFFar, independentemente da unidade de origem dos estudantes, corroborando as manifestações apresentadas pelos demais membros. Alexsandro/SB, considerando as restrições orçamentárias e as adequações em curso na instituição, expressou concordância com as manifestações anteriores e ponderou o impacto da redução do número de participantes sobre as expectativas dos estudantes. Observou que a diferença financeira entre os Cenários 1 e 3 não seria proporcional à redução de aproximadamente 56 a 60 estudantes, além de poder implicar a necessidade de seleção de modalidades. Diante disso, manifestou-se favoravelmente ao Cenário 1. Por fim, Nídia questionou sobre o número de ônibus planejado para 141 pessoas, sendo esclarecido por Getúlio que seriam quatro ônibus de 42 lugares. Além disso, explicou que

a definição da delegação também deverá considerar os aspectos logísticos decorrentes da participação dos nove *campi*, uma vez que algumas unidades possuem modalidades coletivas com quantitativo suficiente para ocupar grande parte da capacidade de um ônibus, enquanto outras demandarão a composição de grupos com atletas provenientes de diferentes unidades, de modo a otimizar o transporte. Não havendo mais manifestações, a matéria foi colocada em votação e o Cenário 1 aprovado por maioria. Intervalo para o almoço das doze horas e quinze minutos às treze horas e trinta e dois minutos. Antes de dar prosseguimento, Getúlio perguntou se o Cenário 1, definido no turno da manhã, teria algum ajuste em função das discussões ocorridas, sendo esclarecido por Nídia que não, mantendo-se a proposta inicial. Getúlio registrou que, para fins de organização, foi considerada a saída do transporte de Santa Maria. 4.2. Participação do IFFar nos Jogos Eletrônicos dos Institutos Federais — eJIF 2026: fases institucional e nacional (2min37): Getúlio informou que a organização da competição e a definição de seus regulamentos são de responsabilidade do Instituto Federal de São Paulo — IFSP. Explicou que a competição contempla etapas local, institucional e nacional. Para viabilizar a participação na etapa nacional, é necessária a realização da etapa institucional no âmbito do IFFar. Nesse sentido, disse que solicitou aos Diretores de Pesquisa, Extensão e Produção a indicação de representantes dos *campi* para compor grupo de trabalho ou comissão destinada a discutir e organizar a participação institucional, considerando, inclusive, os aspectos técnicos envolvidos na realização das competições, que ocorrem integralmente de forma on-line, sem necessidade de deslocamento dos participantes. Destacou a importância da apreciação da matéria pelo colegiado, especialmente em razão das modalidades previstas e de aspectos relacionados à classificação etária dos jogos. Foram mencionadas as modalidades *Counter-Strike* 2, *Free Fire*, *League of Legends*, *Valorant* e Xadrez Arena. As quatro primeiras possuem classificação etária mínima, em razão de elementos relacionados ao uso de armas e à representação de violência, enquanto o Xadrez Arena possui participação livre quanto à idade. Lembrou que o IFFar já participou de edições anteriores da competição. Contudo, a matéria foi submetida novamente à apreciação do colegiado em razão da necessidade de definir a participação institucional, as modalidades a serem contempladas e os procedimentos para sua organização, considerando as especificidades de cada jogo e sua pertinência à comunidade estudantil. Informou que o IFFar recebeu ofício para manifestação quanto à participação na competição e que o cronograma para definição e organização das modalidades encontra-se limitado. Disponibilizou aos dirigentes a possibilidade de consulta ao regulamento e às informações complementares disponibilizadas pelo IFSP, com vistas a subsidiar a manifestação do colegiado quanto à participação institucional e às modalidades a serem ofertadas. Nídia ratificou a participação do IFFar nos eJIF em anos anteriores, com exceção do ano passado. Destacou o interesse especial pela participação na modalidade Xadrez, considerando sua ampla prática entre os estudantes nos *campi*. Relatou, contudo, que a participação em jogos eletrônicos na Rede Federal apresenta diferentes entendimentos entre dirigentes, especialmente em razão das características de determinadas modalidades que possuem a violência como elemento constitutivo. Nesse contexto, foram mencionadas posições favoráveis à participação, sob o entendimento de que os estudantes já possuem contato com jogos eletrônicos e de que a inserção em atividades institucionais possibilita maior acompanhamento e mediação educativa, bem como posições contrárias à participação em determinadas modalidades, em razão de seus conteúdos e características. Comunicou que o IFFar já manifestou interesse em participar da competição e indicou interlocutor para sua organização, sem, entretanto, definir

previamente as modalidades. Ressaltou a necessidade de discussão no âmbito do Codir quanto à possibilidade de seleção das modalidades ou de participação ampla, considerando as características dos jogos, a faixa etária e o perfil dos estudantes. Registrou que diferentes Institutos Federais adotam posicionamentos distintos, havendo instituições que optam pela não participação e outras que participam de todas ou de modalidades específicas, como o Xadrez. Getúlio acrescentou que foram realizadas duas reuniões com os representantes dos *campi*, nas quais se iniciou a elaboração do edital institucional para participação nos eJIF, tomando como referência o regulamento da etapa nacional e os procedimentos adotados em anos anteriores. Registrou, contudo, a necessidade de interromper momentaneamente a elaboração do edital para promover o diálogo institucional e definir a participação do IFFar na competição, bem como as modalidades a serem contempladas, a fim de dar continuidade às atividades de organização. Jhonathan/UG questionou se havia o número de inscritos na etapa local. Getúlio explicou que a etapa local ainda não foi realizada. Inicialmente, estava prevista a organização da etapa institucional, com a definição, em edital, de um número máximo de equipes por *campus* e por modalidade. Caberia a cada *campus* definir suas equipes representantes, podendo, conforme sua organização interna, realizar uma etapa local para seleção dos participantes. Registrou que, em edições anteriores, houve situações sem limite de inscrições por modalidade, enquanto, para a presente edição, estava sendo avaliada a possibilidade de estabelecer quantitativo máximo de equipes por modalidade e por unidade do IFFar. A elaboração do edital foi temporariamente interrompida para discussão e definição institucional quanto à participação e aos critérios de organização das etapas. Jhonathan/UG perguntou o número de inscritos nas edições anteriores, ao que Getúlio respondeu que consultaria os editais das edições passadas. Nídia acrescentou que há *campi* que ainda não participaram dos eJIF, enquanto outros possuem histórico de participação nas edições anteriores. Esclareceu que a proposta é elaborar edital institucional e, a partir das definições de cada *campus*, realizar a etapa institucional, de modo que os estudantes ou equipes classificados possam representar o IFFar na etapa nacional. Destacou que a iniciativa foi apresentada ao colegiado para ciência e apreciação, esclarecendo que a organização da etapa nacional não constitui uma ação institucional da Rede Federal, mas uma iniciativa do IFSP que, há anos, promove e organiza a competição. Ressaltou ainda que a temática apresenta diferentes perspectivas entre os Institutos Federais, considerando a existência de *campi* e cursos relacionados à programação e ao desenvolvimento de jogos eletrônicos, o que contribui para a diversidade de entendimentos quanto à participação institucional nas diferentes modalidades. Getúlio respondeu o questionamento de Jhonathan referente ao número de inscritos nas edições anteriores, informando que, em 2023, a modalidade Xadrez Arena contou com a participação de quatro *campi*, enquanto *League of Legends* registrou três equipes e *Free Fire* aproximadamente vinte equipes. Pontuou que o número de modalidades ofertadas varia entre as edições, sendo quatro modalidades no ano anterior e cinco na edição atual. Considerou, assim, que a participação institucional apresentou quantitativo moderado. Disse que disponibilizaria o edital da edição anterior aos dirigentes, para conhecimento da organização e dos critérios adotados. Nídia sugeriu que o IFFar dê continuidade à participação nos eJIF, mediante a elaboração e publicação de edital institucional, cabendo a cada *campus* avaliar, junto aos estudantes, o interesse e a participação nas diferentes modalidades. Enfatizou a necessidade de observar rigorosamente as idades mínimas estabelecidas no regulamento, especialmente para as modalidades que possuem restrição etária. Jhonathan/UG concordou, destacando a experiência positiva do Dia Geek realizado

nos *campi*, promovido pelo Núcleo de Arte e Cultura — NAC, que contou com significativa participação de estudantes e servidores. Considerou que a experiência demonstra o interesse da comunidade acadêmica por atividades relacionadas à temática. Sugeriu, portanto, a continuidade da participação institucional nos eJIF, ficando a cargo de cada unidade a organização e definição da participação de seus estudantes nas modalidades ofertadas. Não havendo mais manifestações, Nídia colocou a pauta em apreciação considerando que conste no edital as modalidades existentes e que cada *campus* possa organizar sua participação conforme os seus entendimentos. Dessa forma, a participação do IFFar nos eJif 2026 foi aprovada por unanimidade. Por fim, Nídia confirmou se Jauber e Ian foram os indicados como interlocutores pelo IFFar junto ao IFSP. Em relação à execução da participação institucional e à elaboração do edital, informou que os encaminhamentos deverão ser articulados pela Proen junto às Diretorias de Pesquisa, Extensão e Produção — Dpeps e aos representantes que forem indicados pelos *campi*. Questionou ainda se a Proex já havia solicitado a indicação dos representantes dos *campi* ou se essa solicitação seria realizada a partir daquele momento. Getúlio esclareceu que já há um representante indicado por *campus* e uma minuta de edital elaborada com base no regulamento nacional. A partir da deliberação do colegiado, será realizada a finalização do documento, seguida de revisão pela equipe e pelos representantes dos *campi* e posterior submissão à Procuradoria Federal para análise dos aspectos legais. Após essas etapas, serão adotadas as providências necessárias para a execução da competição, incluindo a avaliação de questões técnicas relacionadas à eventual transmissão de atividades pela WebTV, conforme procedimentos adotados em edições anteriores. 4.3 Informes: 4.3.1. Atualização referente aos programas governamentais (19min53): Getúlio apresentou informes sobre a execução de programas governamentais e a ampliação da oferta de vagas nas unidades. Informou a oferta de 1.229 vagas nos programas Partiu IF, Mulheres Mil, Apoio à Expansão da Rede Federal, Pronatec Empreender, EnergIFE e Prófuncionário, pontuando que algumas turmas já foram concluídas. Quanto aos recursos, informou que estão sendo descentralizados pela Setec. Algumas unidades já receberam os recursos, enquanto outras aguardam a descentralização, com previsão de conclusão dos empenhos ainda nesta semana. Os empenhos de responsabilidade da Reitoria estão em andamento. Registrou-se a participação dos campi Santa Rosa, São Borja e Uruguaiana em propostas de Cursinhos Populares — Cpops, destinados à preparação para o Enem. As respectivas vagas deverão ser cadastradas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica — Sistec. Foi reforçada a orientação de que as vagas do Pronatec sejam cadastradas na aba Bolsa-Formação do Sistec e que as turmas e os concluintes também sejam registrados no ciclo de matrícula, para fins de composição dos indicadores da Rede Federal. Em relação às inscrições do Pró-Funcionário, informou que estão encerradas e que será realizada a convocação dos candidatos para o processo de heteroidentificação. Nídia destacou a importância estratégica dos programas governamentais e informou que estão sendo analisados aspectos relacionados ao acompanhamento, registro e execução dessas ações, com possibilidade de realização de reunião técnica com os diretores-gerais dos *campi*. Ressaltou que os programas governamentais, embora não correspondam à oferta regular de cursos, devem observar os mesmos critérios institucionais de planejamento, formalização, acompanhamento, registro, transparência e prestação de contas, especialmente por envolverem recursos públicos e estarem sujeitos a auditorias e órgãos de controle. Apontou a necessidade de aprimorar o acompanhamento das matrículas, dos concluintes, da evasão, dos registros nos sistemas institucionais e governamentais, bem como dos pagamentos de estudantes

e colaboradores externos. Destacou que eventuais atrasos nos registros podem comprometer a execução dos pagamentos e o cumprimento dos prazos estabelecidos pelos programas. Nídia também reforçou a responsabilidade dos gestores e das equipes envolvidas quanto ao cumprimento dos prazos, à correta inserção das informações nos sistemas e à organização dos processos administrativos. Orientou, ainda, que os diretores-gerais acompanhem diretamente a execução dessas atividades nos *campi*, especialmente os períodos de matrícula e os respectivos registros nos sistemas governamentais. Enfatizou a necessidade de que todas as ações formativas, independentemente de sua duração ou modalidade, estejam devidamente formalizadas, incluindo a elaboração do respectivo Projeto Pedagógico de Curso — PPC, quando aplicável, e que não sejam iniciadas atividades sem a documentação institucional necessária. Notificou a existência de pendências de registros e informações referentes a exercícios anteriores, de 2022 a 2025, sendo necessária a realização de busca ativa e a regularização dos dados, de modo a assegurar a conclusão adequada das atividades e a certificação dos participantes. Por fim, indicou a necessidade de promover formação específica para os servidores diretamente envolvidos nos programas governamentais, visando à padronização dos procedimentos institucionais e ao aprimoramento dos processos, registros e resultados dessas ações. Getúlio complementou a necessidade de observância dos normativos nacionais e institucionais que regulamentam os programas governamentais, incluindo a Resolução FNDE N.º 4/2012, as Portarias da Setec/MEC e a Resolução IFFar N.º 97/2015. Reforçou a orientação para a publicação de editais complementares pelos *campi*, quando necessário, visando ao preenchimento das vagas ofertadas. Destacou que a ocupação das vagas impacta diretamente a execução orçamentária dos programas e a disponibilidade de recursos para o pagamento de estudantes e colaboradores. Além disso, falou da importância de considerar as características e demandas de cada comunidade na definição das ofertas, bem como de acompanhar os índices de inscrição, frequência e conclusão dos cursos. Comunicou que está em elaboração uma *intranet* com orientações e fluxos referentes à execução dos programas governamentais, contemplando as etapas desde a pactuação até a prestação de contas. O material, ainda em construção e atualização, deverá ser utilizado inicialmente para consulta interna pelos gestores, não devendo ser divulgado amplamente neste momento. Por fim, reforçou a necessidade de aprimorar e padronizar os fluxos e procedimentos institucionais processuais, com definição clara das responsabilidades, etapas e prazos. 4.3.2. Relatório de egressos (44min56): Getúlio relatou acerca do acompanhamento de egressos, em atendimento às demandas dos órgãos externos de controle e ao disposto na Resolução IFFar N.º 46/2019, que institui o Programa de Acompanhamento de Egressos do IFFar. Destacou a atuação do Comitê Gestor, com representação dos *campi* e, a partir de 2025, das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão, Desenvolvimento Institucional e Pesquisa, visando ao fortalecimento das ações e à qualificação dos dados utilizados nos processos de avaliação dos cursos. Informou que o Relatório de Acompanhamento de Egressos referente ao ano de 2024 foi concluído e publicado no Portal de Egressos do IFFar. Como encaminhamento, foi destacada a intenção de ampliar a análise e a visualização dos dados por meio da implementação de *dashboards*, possibilitando consultas específicas por *campus* e curso. Registrou, por fim, que os *campi* e as Pró-Reitorias já indicaram seus representantes e que foi solicitada a emissão da respectiva portaria. Estão previstas reuniões para organização e aplicação das pesquisas de egressos referentes aos anos de 2025 e 2026, bem como o aprimoramento e a regularização das ações de acompanhamento, em atendimento às exigências dos órgãos externos de controle. 4.3.3. Inscrições Selo ODS Educação 2026 (48min37): Getúlio

informou a participação no Selo ODS Educação 2026, destacando a possibilidade de inscrição de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à temática da educação. Noticiou que já foram cadastradas vinte e oito iniciativas, número superior ao registrado no ano anterior, quando foram submetidas oito. Registrou que, até 19 de agosto, permaneceria aberto o prazo para inscrição de iniciativas socioambientais desenvolvidas com a comunidade e, até 4 de setembro, para iniciativas de gestão e governança interna. Informou que o formulário para inscrição, gerenciado pela responsável pelas ações da Agenda 2030 da Proex, foi compartilhado com os servidores. Por fim, mencionou a participação, no início do ano, em evento realizado em Pernambuco, para o recebimento de certificação e reconhecimento do IFFar pelo trabalho desenvolvido. Informes extras. a) 6º Webinário PNP 2026 (51min12): Getúlio abordou a temática dos indicadores da PNP, destacando a realização de webinário promovido pela Setec, em que foi solicitado o acompanhamento pelas Dpeps, para apresentação das novas dimensões relacionadas à pesquisa, inovação, extensão e sustentabilidade. Ressaltou a importância de que as Dpeps promovam a discussão do tema nos respectivos *campi*, inclusive em reuniões gerais, considerando a próxima etapa de coleta de dados e microdados. Informou que os novos indicadores, especialmente nas áreas de pesquisa, inovação e extensão, passarão a compor os blocos de indicadores da PNP. Registrou ainda que o webinário correspondeu à etapa de sensibilização e que, conforme o cronograma da Setec, está prevista para outubro a coleta de microdados relacionados à pesquisa, inovação, extensão e sustentabilidade. As orientações complementares serão posteriormente compartilhadas com os *campi*. b) Incubadoras tecnológicas de Economia Solidária (53min07): Getúlio informou a prorrogação, até 3 de setembro, do prazo para submissão de propostas ao edital da Setec/MEC, publicado em parceria com o IFSP, destinado ao apoio a incubadoras tecnológicas de economia solidária. Registrou que o IFFar possui uma incubadora social devidamente regulamentada, com previsão de constituição de núcleos de incubação nos *campi*. No âmbito do referido edital, serão selecionadas dez incubadoras em todo o país, sendo prevista a submissão de proposta institucional pelo IFFar, com possibilidade de inclusão de até dois empreendimentos de economia solidária. Nesse contexto, os núcleos de incubação dos *campi* Alegrete e São Vicente do Sul possuem empreendimentos que integrarão a proposta institucional. O edital prevê a concessão de bolsas para os responsáveis pela coordenação dos projetos de incubação, recursos para as etapas de pré-incubação e incubação, bolsas para integrantes dos empreendimentos e recursos orçamentários para aquisição de equipamentos. Por fim, comunicou que as informações necessárias à finalização da proposta estão sendo reunidas, considerando a prorrogação do prazo de submissão de 2 de agosto para 3 de setembro. c) Projetos de Extensão – Acesso, Permanência e Êxito — APE (54min55): Getúlio informou a prorrogação do prazo do Edital Setec/MEC N.º 5/2026, destinado à seleção de propostas de projetos de extensão voltados ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes. Esclareceu que a submissão das propostas requer a apresentação do Termo de Autorização Institucional (Anexo I), devidamente assinado pela Direção-Geral do *campus* e pela Reitora, bem como do Plano de Trabalho (Anexo II), além das informações solicitadas no formulário eletrônico. Registrou que o número máximo de propostas a serem submetidas por unidade varia conforme sua tipologia, podendo ser de duas, três ou cinco propostas. Para a maioria dos *campi*, está prevista a submissão de até três propostas, com valor máximo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por projeto. Destacou que a retificação do edital, anteriormente compartilhada com o Codir e as Dpeps, apresentou alterações no cronograma e orientações complementares, especialmente quanto ao limite de recursos destinados à

aquisição de equipamentos. Reforçou que as propostas deverão estar alinhadas às ações de acesso, permanência e êxito, priorizando a participação de estudantes como bolsistas. d) Programa Asas para o Futuro (56min25): Getúlio noticiou a submissão de proposta institucional ao Programa Asas para o Futuro, do Ministério das Mulheres, cujo prazo para submissão se encerrou em 10 de agosto. O programa tem como objetivo a oferta de cursos de qualificação para mulheres jovens, de 15 a 29 anos, com prioridade para mulheres negras, indígenas e quilombolas, residentes em áreas periféricas, urbanas e rurais. Registrou que os cursos terão carga horária de 160 a 240 horas, com duração de quatro a seis meses, e que as beneficiárias poderão receber bolsa de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais durante quatro meses. No âmbito da proposta institucional, foram submetidos dois cursos, com 110 vagas cada: pelo *Campus* Júlio de Castilhos, Tecnologias Digitais para o Comércio e Trabalho; e pelo *Campus* Santo Ângelo, Mulheres Empreendedoras: Matemática Aplicada para a Educação Financeira e a Gestão de Negócios. Por fim, destacou a participação dos *campi* na elaboração da proposta e a relevância da iniciativa para a promoção da qualificação profissional e do impacto social no território de atuação do IFFar. Nídia esclareceu que o edital já estava disponível e que orientou o encaminhamento de Ofício às unidades para formalização das comunicações, considerando que nem sempre as Dpeps e demais setores acompanham a publicação dos editais. Nesse contexto, a Proex realizou a articulação com as Dpeps, resultando na apresentação de duas propostas para o referido edital. Destacou que o edital, financiado pelo Ministério das Mulheres e publicado pelo CNPq, apresenta caráter integrado de pesquisa e qualificação profissional. Informou, por fim, que serão selecionadas trinta e duas propostas em âmbito nacional, submetidas por institutos ou universidades federais, aguardando-se o resultado da seleção. e) Mobilidade Acadêmica Internacional (59min11): Getúlio comunicou a publicação do Edital N.º 237/2026, referente à seleção de estudantes do IFFar para concessão de auxílio à mobilidade acadêmica internacional. O edital prevê auxílio financeiro de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para três estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação, destinado à realização de mobilidade em instituições de ensino superior estrangeiras conveniadas ao IFFar. Informou que o período de inscrições será de 11 a 16 de agosto, destacando a necessidade de ampla divulgação do edital junto às unidades e aos estudantes. Informou também que poderão ser solicitados documentos institucionais durante o processo de inscrição, demandando eventual articulação com setores internos. Por último, registrou que o edital já foi divulgado às Dpeps e que foi publicada notícia no *site* institucional sobre a iniciativa, reforçando a importância da ampliação da divulgação junto à comunidade acadêmica. Antes de dar sequência à pauta da Proen, Alexsandro/SB perguntou, quanto aos informes referentes aos projetos sobre acesso, permanência e êxito dos estudantes, se os *campi* que haviam encaminhado suas propostas poderiam verificar o *status* das submissões, a fim de confirmar a regularidade das inscrições. Destacou a importância desse acompanhamento, considerando a prorrogação do prazo de submissão e a possibilidade de realização de eventuais correções, caso necessárias. Getúlio esclareceu que, no momento, não há acesso ao extrato das propostas submetidas. Entretanto, disse que realizaria contato com a Setec para verificar a existência de ferramenta ou mecanismo de acompanhamento que permita aos gestores consultar a situação das submissões realizadas pelos *campi*. Esclareceu ainda que, conforme orientação prevista no edital, caso seja realizada uma nova submissão de uma mesma proposta, será considerada válida a última versão encaminhada. Ressaltou a necessidade de que cada submissão esteja completa e acompanhada de todos os anexos exigidos. Nídia acrescentou que os

REGISTRO DA REUNIÃO

formulários encaminhados pelos *campi* foram recebidos e devidamente assinados pela Reitora, em conjunto com os Diretores-Gerais. Considerando que o formulário de submissão do edital não contemplava informações referentes ao título e à área dos projetos, solicitou à Proex a elaboração de uma planilha para consolidação dessas informações pelos *campi*. Destacou a necessidade de preenchimento da referida planilha, a fim de possibilitar o levantamento das temáticas e dos projetos submetidos, bem como a elaboração de relatório consolidado das inscrições. Ressaltou que esse levantamento permitirá identificar as principais demandas relacionadas ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes nos *campi*, além de subsidiar a proposta institucional em elaboração pela comissão constituída para essa finalidade. 5. Pró-Reitoria de Ensino — Proen. 5.1. Perfil do Estudante 2026 (1h04min38): Patrícia/Proen contextualizou a pauta referente ao Perfil do Estudante, destacando que o tema já havia sido apreciado no âmbito do Comitê Assessor de Ensino — Caen e que constitui pauta recorrente daquele comitê. Informou que o Perfil do Estudante constitui uma ação anual desenvolvida pela Diretoria de Assistência Estudantil — DAE, em articulação com a Direção de Ensino da Pró-Reitoria, a Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — Capne e a Coordenação de Ações Afirmativas — CAA, com o objetivo de coletar informações relativas ao perfil dos estudantes. Ressaltou a relevância desses dados para a gestão do ensino e para a PRDI, especialmente por possibilitarem o levantamento de informações necessárias à compilação de dados para a PNP que, em alguns casos, não estão disponíveis diretamente nos sistemas institucionais. Destacou, nesse sentido, que o Perfil do Estudante tem se consolidado como importante instrumento de apoio à gestão do ensino, contribuindo para o levantamento e a sistematização de informações institucionais. Registrou que o instrumento do Perfil do Estudante foi deliberado, no mês de abril, pelo Caen, incluindo as questões que comporiam o questionário a ser aplicado aos estudantes. No mês de maio, foi realizada a aplicação do questionário à comunidade estudantil, tendo sido estabelecido seu preenchimento como obrigatório no sistema acadêmico institucional. Informou que, conforme procedimento adotado nos anos anteriores, o estudante que não realiza o preenchimento do questionário fica temporariamente impedido de acessar o SIGAA, como estratégia institucional para ampliar a adesão e assegurar a obtenção do maior volume possível de informações junto à comunidade estudantil. Comunicou que o Perfil do Estudante foi apresentado ao Caen em 14 de julho e que os dados individuais dos *campi* foram encaminhados no mesmo mês. Para finalizar a contextualização, considerando a relevância do Perfil do Estudante como instrumento de coleta e sistematização de informações institucionais, Patrícia comunicou que a equipe da Proen está elaborando proposta de normativo para regulamentar a aplicação da ferramenta no âmbito institucional. Disse que o tema já foi tratado com a Reitora e discutido com os demais Pró-Reitores. Relembrou que a instituição dispõe de normativo, estabelecido por meio de resolução de 2012, referente ao monitoramento da assistência estudantil, e que a proposta em elaboração tem como objetivo regulamentar o Perfil do Estudante, possibilitando a continuidade e a consolidação da série histórica dos dados coletados. Destacou que o trabalho teve origem em 2012, período em que foi concebido o primeiro projeto do Perfil do Estudante, e que sua implementação foi ampliada nos anos subsequentes, especialmente a partir de 2020, permitindo, atualmente, a constituição de uma série histórica consolidada de informações sobre o perfil dos estudantes. Nesse sentido, informou que a intenção é formalizar o Perfil do Estudante, possivelmente por meio de instrução normativa, regulamentando os procedimentos previstos na resolução relativa ao monitoramento da assistência estudantil. A medida permitirá institucionalizar

REGISTRO DA REUNIÃO	
931	a coleta dos dados e viabilizar a organização e a publicação da série histórica com
932	informações relevantes sobre os estudantes. Informou que a proposta deverá ser
933	apresentada oportunamente ao Caen e, posteriormente, ao Codir, com a perspectiva de
934	que o Perfil do Estudante esteja devidamente regulamentado no âmbito institucional a
935	partir de 2027. Patrícia iniciou a apresentação dos dados do Perfil do Estudante 2026 e, na
936	sequência, Priscila/DAE deu continuidade. Dentre os pontos discutidos pela DAE estavam:
937	Identificação Geral (*campus*, curso, faixa etária, sexo); Parentalidade e Formação anterior;
938	Moradia; Transporte; Trabalho e renda; Beneficiários de programas sociais; Identidade de
939	gênero; Raça/Etnia; Orientação sexual; Preconceitos; *Bullying* e *Cyberbullying*; Denúncia
940	às violências. Posteriormente, passou a palavra à Carla Zappe/Capne. Dentre os pontos
941	discutidos pela Capne estavam: Condições que demandam Atendimento Educacional
942	Especializado — AEE; Recursos de Acessibilidade. Priscila/DAE retomou a apresentação
943	sobre Cultura e Comunicação; Saúde e Qualidade de Vida; Futuro. Nídia destacou que o
944	número de respondentes ao levantamento do Perfil do Estudante é expressivo e
945	demonstra o alcance da ação junto à comunidade estudantil. Comunicou que foram
946	solicitados, paralelamente, os dados referentes ao Programa Pé-de-Meia, os quais não
947	foram contemplados na estratificação do questionário, considerando que essas
948	informações já estão disponíveis nos sistemas institucionais. Registrou, conforme
949	informação apresentada por Patrícia, que 1.229 estudantes possuem, atualmente, acesso
950	ao Programa Pé-de-Meia. Enfatizou que esses dados constituem importante subsídio para
951	o planejamento de atividades, ações e encaminhamentos institucionais em diferentes
952	áreas. Na oportunidade, mencionou reunião realizada recentemente na Setec acerca da
953	Rede APE e das necessidades educacionais específicas, na qual foram apresentadas
954	demandas para a inclusão, na Rede APE, de ações voltadas aos estudantes com deficiência,
955	de modo que tais iniciativas possam subsidiar a destinação de recursos orçamentários.
956	Destacou a necessidade de previsão de recursos para profissionais especializados,
957	atendimento e demais medidas necessárias ao adequado acompanhamento desses
958	estudantes. Ressaltou que os dados obtidos possibilitam uma visão ampla do perfil dos
959	estudantes da instituição e, por fim, recomendou que as informações sejam organizadas
960	por *campus* e compartilhadas com os respectivos gestores locais, de forma a subsidiar a
961	análise das necessidades e o planejamento de ações institucionais de maneira atenta e
962	adequada. Analice/SR questionou se, considerando a existência de estudantes residentes
963	nos *campi*, a relação apresentada entre os dados e as respostas obtidas permite uma
964	melhor compreensão da realidade desse grupo específico, de modo a verificar se os
965	resultados contribuem para uma percepção mais tranquila ou, ao contrário, indicam a
966	necessidade de maior atenção em relação à situação dos estudantes residentes.
967	Priscila/DAE esclareceu que ainda não foi realizada a correlação dos dados por modalidade
968	de ensino ou por política pública, especialmente em relação aos estudantes da moradia
969	estudantil. Os dados foram encaminhados aos *campi* para subsidiar essa análise. Registrou
970	que atualmente há 775 estudantes na moradia estudantil, quantitativo inferior a 10% dos
971	respondentes, não sendo considerado significativo para a interpretação dos dados
972	relativos à alimentação. Destacou que os estudantes da educação básica recebem
973	alimentação de forma universal, permanecendo em andamento as ações para adequação
974	do número de refeições ofertadas às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação
975	Escolar — PNAE. Ressaltou, contudo, que parte dos estudantes não possui acesso à
976	alimentação institucional por não se enquadrar nos critérios de vulnerabilidade e
977	atendimento previstos pelo programa. Thirssa/PRPPGI registrou o reconhecimento pelo
978	trabalho desenvolvido na elaboração e análise do Perfil do Estudante, destacando que o

levantamento não se limita à apresentação de dados quantitativos, mas contempla também a análise e a interpretação das informações em relação à realidade dos estudantes. Na oportunidade, ressaltou a relevância dos dados referentes à pós-graduação. Embora as informações não estejam estratificadas entre cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, destacou o número expressivo de mais de 2.300 estudantes que manifestaram interesse em ingressar na pós-graduação. Considerou que os dados reforçam a necessidade de ampliação da oferta de cursos de pós-graduação, em consonância com a perspectiva de verticalização do ensino, possibilitando a continuidade da trajetória acadêmica dos estudantes na instituição e contribuindo para sua qualificação. Patrícia/Proen finalizou registrando agradecimentos à Priscila e à Carla pela apresentação realizada, ressaltando que a elaboração do Perfil do Estudante constitui um trabalho coletivo, com a participação de diversos servidores e colaboradores, incluindo os colegas das CAI dos *campi*, que contribuem diretamente para a mobilização dos estudantes e para a realização do preenchimento do instrumento. Destacou a importância do trabalho conjunto para a obtenção e consolidação dos dados apresentados e manifestou a expectativa de que, no próximo ano, juntamente com a apresentação do Perfil do Estudante, seja disponibilizada uma plataforma que possibilite o acompanhamento histórico dos dados levantados ao longo das pesquisas realizadas com os estudantes. Por fim, colocou o setor à disposição para esclarecimentos adicionais e que eventuais dúvidas acerca do material poderão ser encaminhadas por *e-mail*. 5.2. Informe: 5.2.1. Seminário dos Gestores de Ensino 2026 (1h59min20): Patrícia informou que o Seminário será realizado de forma on-line, em razão das restrições orçamentárias, com encontros previstos para os dias 19 de agosto, 2, 9 e 23 de setembro. Informou que as atividades serão realizadas por meio da RNP e gravadas, em razão do período de defeso eleitoral, não havendo transmissão ao vivo. Após o período eleitoral, as gravações serão disponibilizadas na WebTV do IFFar, permitindo o acesso da comunidade aos conteúdos abordados. O seminário terá como tema central "Avaliação institucional e qualidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): desafios e perspectivas para a gestão do ensino" e contará com a participação de palestrantes do Inep. A programação contemplará temas relacionados ao Enade, à avaliação *in loco* dos cursos de graduação e à avaliação da EPT, além de reunião setorial destinada à discussão das ações de ensino. Informou que os convites foram encaminhados aos Diretores de Ensino e aos gestores dos respectivos setores. Ao final, foi solicitada a colaboração dos Diretores-Gerais quanto à participação dos gestores do ensino nas atividades de formação previstas. De imediato, Nídia sugeriu finalizar a reunião, apesar de ter passado o tempo regulamentar de cinco horas. Não havendo contrariedade, a pauta teve sequência. 6. Pró-Reitoria de Administração — Proad. Deivid/Proad esclareceu, antecipadamente, que as pautas se entrelaçavam e, por isso, apresentou-as de maneira integrada. 6.1. Projeto de Lei Orçamentária — PLOA 2027 (Matriz distributiva), 6.2. Atualização do orçamento 2026 e 6.3. Informe: 6.3.1. Fórum de Pró-Reitores de Administração — Forplan: (2h04min40): Deivid/Proad apresentou atualização sobre as discussões relativas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA 2027, com destaque para as tratativas realizadas no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Administração — Forplan, do Conif e da Setec. Informou que a proposta orçamentária para 2027 apresenta crescimento em relação ao exercício de 2026, porém ainda considerado insuficiente diante do aumento das despesas e das necessidades da Rede Federal. Ressaltou que o crescimento global da matriz orçamentária não representa, necessariamente, aumento uniforme para todas as instituições, uma vez que a distribuição dos recursos considera diferentes indicadores e pode gerar redistribuições entre as

REGISTRO DA REUNIÃO	
1027	unidades. No âmbito do Forplan, foram identificadas inconsistências na aplicação da
1028	matriz de distribuição orçamentária, especialmente relacionadas ao cálculo de indicadores
1029	acadêmicos e à consideração de cursos e recursos provenientes de programas de fomento
1030	externo. Essas questões estão sendo analisadas e a matriz deverá passar por novos ajustes.
1031	Também destacou a situação dos novos *campi* que não foram inicialmente contemplados
1032	com o piso de R$ 700 mil (setecentos mil reais), em razão de diferenças entre as datas de
1033	publicação das portarias de autorização e o processamento da matriz. O tema está sendo
1034	tratado junto à Setec e ao Conif, com expectativa de correção por meio de ajustes
1035	posteriores e/ou complementações orçamentárias. Ressaltou que os valores atualmente
1036	apresentados para 2027 são referenciais e ainda poderão sofrer alterações, especialmente
1037	durante os ajustes da matriz e a tramitação da PLOA no Congresso Nacional. A instituição
1038	deverá utilizar os valores disponíveis como referência para seu planejamento, mantendo
1039	o acompanhamento das atualizações promovidas pelo Forplan, Conif e Setec. Destacou a
1040	articulação política para obtenção de complementações orçamentárias, especialmente
1041	para a assistência estudantil e a alimentação dos estudantes, havendo expectativa de
1042	manutenção de recursos adicionais em 2027, embora sem confirmação definitiva até o
1043	momento. Quanto à execução orçamentária, o Forplan reforçou a necessidade de
1044	empenhamento tempestivo dos recursos, especialmente aqueles provenientes de TEDs,
1045	programas governamentais e ações vinculadas ao PAC. Alertou que a baixa execução pode
1046	comprometer a liberação e a manutenção de limites orçamentários. Também reforçou a
1047	necessidade de manter o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle —
1048	Simec atualizado, permitindo o adequado acompanhamento da execução física e
1049	financeira das obras. Em relação à receita própria, destacou a necessidade de maior
1050	precisão nas estimativas de arrecadação para 2027, tendo em vista os impactos da
1051	superestimação sobre os limites de execução e o resultado primário do Governo Federal.
1052	Enfatizou a necessidade de aprimorar a execução dos recursos destinados à alimentação
1053	estudantil, com planejamento antecipado das chamadas públicas e atenção ao
1054	atendimento da agricultura familiar, evitando a subexecução e eventual devolução de
1055	recursos. Informou que o Forplan avalia o desenvolvimento de soluções tecnológicas
1056	integradas ao Sistema Unificado de Administração Pública — SUAP para aprimorar a
1057	gestão orçamentária e financeira e facilitar a geração de relatórios gerenciais para
1058	subsidiar a tomada de decisão. Esclareceu que permanecerão em acompanhamento as
1059	alterações da matriz orçamentária, as complementações previstas e a tramitação da PLOA
1060	2027, sendo as informações atualizadas posteriormente à medida que houver novas
1061	deliberações do Forplan, Conif e Setec. Por fim, reforçou a necessidade de execução
1062	tempestiva dos recursos orçamentários, especialmente dos recursos já descentralizados,
1063	a fim de evitar sua devolução ou perda. Eventuais impedimentos decorrentes de fatores
1064	externos deverão ser devidamente justificados. Em relação à matriz orçamentária da PLOA
1065	2027, informou que os valores permanecem em processo de ajuste e poderão sofrer
1066	alterações e complementações. Destacou a expectativa de novos recursos para a
1067	alimentação estudantil, tema discutido no Forplan e a ser encaminhado ao pleno do Conif.
1068	Comunicou a possibilidade de desenvolvimento, em conjunto com instituições da Rede
1069	Federal, de ferramenta integrada ao SUAP para aprimorar a gestão orçamentária e
1070	financeira e agilizar a geração de relatórios gerenciais. Ratificou a necessidade de manter
1071	o SIMEC atualizado, atender às solicitações de informações e preservar como prioridades
1072	a assistência estudantil, a moradia e a integração entre a gestão administrativa e
1073	acadêmica.
1074	

REGISTRO DA REUNIÃO	
1075	Nídia ponderou que, embora aspectos como o teto de gastos e a arrecadação federal não
1076	estejam sob governabilidade institucional, matrículas, evasão, conclusão e demais
1077	indicadores relacionados à gestão do ensino são passíveis de gerenciamento e contribuem
1078	para a qualificação das informações da Rede Federal. Reforçou a necessidade de
1079	empenhar e executar tempestivamente os recursos disponibilizados, ainda que isso
1080	implique retrabalho, considerando o risco de recolhimento ou redistribuição dos recursos
1081	pelo Governo Federal em razão da dinâmica orçamentária. Nesse sentido, solicitou aos
1082	diretores-gerais atenção permanente ao acompanhamento da execução orçamentária de
1083	suas unidades, ações e programas. Também mencionou as dificuldades decorrentes dos
1084	prazos reduzidos para operacionalização do orçamento, especialmente para lançamento
1085	e ajustes da PLOA, bem como da imprevisibilidade relacionada ao contingenciamento,
1086	descontingenciamento e liberação de recursos. Ressaltou que, apesar das limitações e da
1087	complexidade operacional, é necessário fortalecer a gestão dos aspectos que estão sob
1088	responsabilidade institucional e acompanhar continuamente as oportunidades de
1089	execução dos recursos disponibilizados. A respeito do questionamento de Jhonathan/UG
1090	sobre o recurso das bibliotecas, Nídia esclareceu que não há, até o momento, previsão
1091	para a liberação das emendas parlamentares de bancada, cuja execução depende da
1092	disponibilidade e da arrecadação orçamentária federal. Ressaltou que, durante o período
1093	de defeso eleitoral, a gestão dos recursos deverá observar rigorosamente os valores
1094	arrecadados e liberados, não havendo margem significativa para flexibilização. Pontuou
1095	que essa dinâmica não está sob governabilidade da Proad, do Conif ou da Setec, estando
1096	vinculada a decisões e diretrizes do MEC e dos órgãos centrais do Governo Federal. Em
1097	relação à PLOA 2027, informou que a proposta foi encaminhada com valores superiores
1098	aos do exercício anterior, permanecendo em negociação a possibilidade de ampliação dos
1099	recursos destinados à alimentação estudantil e de tratamento específico para os novos
1100	*campi*, de modo que seus recursos não comprometam a distribuição ordinária da matriz.
1101	Destacou a necessidade de revisão do modelo da matriz orçamentária, de forma que sua
1102	metodologia considere não apenas a distribuição do orçamento disponível, mas também
1103	o crescimento anual do número de matrículas, possibilitando a ampliação proporcional
1104	dos recursos de custeio. Por fim, esclareceu que, desde 2016, a instituição não tem
1105	recebido recursos de capital fora das ações do PAC e das emendas parlamentares de
1106	bancada, destinadas principalmente à modernização tecnológica e à aquisição de
1107	equipamentos. Assim, novos investimentos em laboratórios, salas de aula e infraestrutura
1108	dependem dessas fontes específicas, uma vez que o orçamento de custeio já se encontra
1109	comprometido com as despesas necessárias ao funcionamento institucional. Acerca da
1110	pergunta de Marieli/SAN sobre as emendas, Nídia respondeu que ainda não há data
1111	definida para a liberação dos recursos, embora exista expectativa de que ocorra em
1112	setembro. Orientou que as unidades mantenham previamente organizadas as ações e
1113	despesas previstas, de modo que, tão logo os recursos sejam liberados, seja possível
1114	realizar os procedimentos necessários com a maior agilidade. Analice/SR solicitou retorno
1115	à planilha orçamentária para verificar qual índice do IPCA foi considerado na atualização
1116	dos valores para a PLOA 2027, uma vez que não foi informado, durante a apresentação, o
1117	percentual de IPCA utilizado para o reajuste. Nídia respondeu que a aplicação do IPCA
1118	depende da definição dos valores considerados na base de cálculo, especialmente quanto
1119	à inclusão dos recursos destinados à alimentação. Sobre o elemento de despesa
1120	considerado para o cálculo do reajuste pelo IPCA, Deivid acrescentou que o percentual de
1121	aproximadamente 4% de IPCA aplicado à matriz orçamentária não resulta em um
1122	acréscimo linear para cada instituição, uma vez que a metodologia considera a distribuição

do orçamento global da Rede Federal e os diferentes indicadores utilizados na matriz. Ressaltou que o crescimento do número de matrículas em uma instituição não implica, necessariamente, crescimento proporcional de seu orçamento, pois a distribuição é influenciada pelo desempenho relativo das demais instituições. Dessa forma, unidades com menor crescimento podem sofrer redução ou necessidade de complementação, mesmo apresentando aumento de matrículas. Esclareceu ainda que o crescimento dos custos contratuais e das despesas de funcionamento tem ocorrido em ritmo superior ao reajuste orçamentário, o que exige medidas de contenção de despesas e pode impactar a oferta de serviços institucionais. Mencionou, como exemplo, o *Campus* São Vicente do Sul, cuja redução orçamentária estaria relacionada à dinâmica de crescimento das demais unidades e aos critérios da matriz. Também abordou a situação dos *campi* em implantação, destacando a necessidade de revisão do piso atualmente estabelecido, considerado insuficiente para garantir o funcionamento adequado dessas unidades. Por último, registrou o compromisso de aprofundar, junto às áreas responsáveis, a análise da metodologia da matriz, buscando demonstrar os fatores que explicam a diferença entre o crescimento dos indicadores institucionais e a variação efetivamente observada no orçamento. Analice ponderou quanto ao crescimento efetivo do orçamento da Proad para 2027, destacando que, quando comparada a matriz de 2027 com a de 2026, o aumento corresponde a aproximadamente 2,2%, percentual inferior ao IPCA considerado. Considerou que essa evolução orçamentária é insuficiente para acompanhar as necessidades institucionais, especialmente em unidades que já apresentam limitações de infraestrutura e de pessoal. Como exemplo, foi mencionada a situação do *Campus* Santa Rosa, que possui restrições quanto à ampliação do número de professores e de salas de aula. Destacou, assim, a preocupação com a capacidade de expansão das atividades institucionais diante de um crescimento orçamentário limitado. Nídia explicou que, nos últimos três anos, a instituição tem recebido complementações orçamentárias decorrentes do não atingimento de determinados indicadores da matriz, como o percentual de cursos técnicos e o índice de Relação Aluno Professor — RAP. Ressaltou que os valores recebidos a título de complementação não integram a base de cálculo para aplicação do IPCA, tanto na análise institucional quanto na metodologia utilizada pelo MEC. Dessa forma, a comparação do orçamento total entre os exercícios pode não refletir o percentual efetivo de reajuste, uma vez que existem outros elementos e critérios considerados na composição da matriz. Analice questionou a previsão de valores do Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE para 2027, considerando a necessidade de planejamento antecipado para a realização de chamadas públicas no início do exercício. Também solicitou informações acerca da possibilidade de reversão de recursos da fonte 21V, especialmente quanto à existência de eventual necessidade institucional de demonstrar maior execução nessa fonte, considerando que os recursos da matriz orçamentária seriam suficientes para o atendimento das demais despesas. Deivid esclareceu que os recursos provenientes da alimentação escolar são calculados com base em valor referencial por aluno, mantendo-se relativamente estáveis e variando de acordo com o número de matrículas, com defasagem de aproximadamente um ano. Assim, recomendou utilizar como referência para 2027 o valor disponível no exercício corrente, sujeito a pequenos ajustes decorrentes da expansão de matrículas. Falou da importância da execução tempestiva dos recursos em toda a Rede Federal, uma vez que baixos índices de execução podem ser utilizados como justificativa para a não ampliação dos recursos destinados às instituições. Nesse sentido, destacou a necessidade de articulação conjunta das instituições e do Conif para demonstrar a efetiva demanda orçamentária da Rede. Por

fim, mencionou a reivindicação do Conif pela criação de uma política do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE voltada à alimentação dos estudantes da Rede Federal, ponderando que eventual ampliação de recursos deve preservar a autonomia e as especificidades da política de assistência estudantil das instituições. Nídia observou que, para o MEC, o alcance da tipologia prevista para cada unidade da Rede Federal representa o cumprimento das metas estabelecidas, sendo considerado o patamar de referência. Destacou que a expectativa das instituições de ampliar o número de servidores, estudantes e cursos, embora legítima, extrapola o planejamento orçamentário vigente e deverá ser considerada, sobretudo, na elaboração do próximo Plano Plurianual — PPA do Governo Federal. Ressaltou a necessidade de conciliar as expectativas de expansão e desenvolvimento das instituições com os limites estabelecidos no planejamento e no orçamento federal, sem deixar de projetar ações futuras. Destacou que, para as unidades que ainda não atingiram a tipologia prevista, permanece a necessidade de acompanhamento, justificativa e replanejamento das ações necessárias ao seu alcance. Marcia/SA destacou o paradoxo entre a expansão das instituições e a ausência de avanço proporcional no planejamento orçamentário, ressaltando a necessidade de consolidação e revitalização da estrutura existente. Em seguida, apresentou como exemplo a situação do *Campus* Santo Augusto, relatando a realização de uma força-tarefa para atualização dos dados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica — Sistec, com a retirada de aproximadamente 350 matrículas que não correspondiam à realidade institucional, alcançando-se cerca de 99% de compatibilidade entre os dados do SIGAA e do Sistec. Diante disso, questionou se essa atualização teria contribuído para a redução de recursos mencionada anteriormente, de aproximadamente 88 unidades, ou se existem outros fatores considerados no cálculo do complemento orçamentário. Em resposta ao questionamento, Deivid esclareceu que não seria possível afirmar, de imediato, que a atualização dos dados do Sistec teria sido a única responsável pelo impacto orçamentário identificado. Sugeriu que a questão fosse tratada como encaminhamento, em articulação com a PRDI, para análise dos fatores metodológicos envolvidos. Ressaltou, contudo, que a adequada atualização do Sistec tende a produzir efeitos positivos na matriz orçamentária. Destacou a importância da atualização dos registros acadêmicos, especialmente em relação aos estudantes fora do ciclo, uma vez que evasão e retenção podem impactar negativamente os indicadores utilizados na composição da matriz. Reforçou a necessidade de atenção à carga horária dos cursos e à adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso — PPC aos Catálogos Nacionais, considerando seus reflexos na relação aluno professor e, consequentemente, na matriz orçamentária. Por fim, ressaltou que os dados acadêmicos constituem elementos fundamentais para a composição dos indicadores e que pequenos equívocos nos registros ou sistemas podem gerar impactos financeiros significativos. Dessa forma, reforçou a necessidade de acompanhamento e conferência rigorosa das informações acadêmicas e institucionais. Sobre o questionamento de Marieli/SAN acerca das emendas, Deivid registrou a importância da manutenção da articulação institucional com os parlamentares, especialmente diante de possíveis cortes e contingenciamentos orçamentários. Esclareceu que os contingenciamentos de emendas parlamentares não necessariamente ocorrem de forma proporcional, podendo atingir determinados recursos em percentuais distintos, conforme as prioridades estabelecidas pelo Governo Federal. Dessa forma, reforçou a necessidade de atuação contínua junto aos parlamentares, com o objetivo de preservar e viabilizar a liberação dos recursos destinados às instituições, uma vez que a indicação de emendas parlamentares não garante, por si só, sua execução

REGISTRO DA REUNIÃO	
1219	integral. Devido à aproximação de seis horas de reunião, Nídia propôs reunião técnica em
1220	data a ser combinada no grupo dos gestores. Acerca da pergunta de Marieli/SAN sobre a
1221	ação 21IV, se o valor virá incorporado na assistência estudantil ou separado em 2027,
1222	Deivid esclareceu que, para 2027, está previsto aproximadamente 30% dos recursos da
1223	assistência estudantil destinados à alimentação na fonte 21V, em proporção semelhante
1224	à do exercício anterior. Ressaltou que esses recursos integram o orçamento institucional
1225	e que permanece a expectativa de obtenção de complementação orçamentária, mediante
1226	articulação do Conif. Destacou a necessidade de ampliação dos recursos destinados à
1227	assistência estudantil, considerando que a fonte 21V constitui rubrica específica para
1228	alimentação, enquanto a assistência estudantil contempla outras demandas. Nesse
1229	sentido, informou que a proposta é atuar junto à Comissão de Educação para viabilizar o
1230	incremento dos recursos destinados à fonte 21V. Por fim, enfatizou que a ampliação
1231	pretendida deverá ocorrer por meio de recursos orçamentários adicionais, não mediante
1232	remanejamento de valores já destinados à assistência estudantil, de modo a fortalecer
1233	ambas as fontes de financiamento. **ENCERRAMENTO**: Nídia/RT agradeceu a participação
1234	dos gestores e declarou encerrada a 6ª Reunião Ordinária do Codir às dezesseis horas e
1235	cinquenta e quatro minutos. A gravação da reunião está disponível, na íntegra, no canal
1236	da WebTV do IFFar através dos *links*: https://www.youtube.com/watch?v=fSZ3rnJ4bD4
1237	(manhã) e https://www.youtube.com/watch?v=j4k9tvtNF8g (tarde). Síntese dos
1238	principais encaminhamentos da reunião: Gabinete: 1.5. Ajuste do calendário de reuniões
1239	do Codir 2026: Parecer Codir N.º 22/2026; 1.6. Protocolo Climático do IFFar: Parecer Codir
1240	N.º 23/2026. PRPPGI: 2.1. Revisão do Regulamento do Ensino Superior de Pós-Graduação
1241	*Stricto Sensu* do IFFar: Parecer Codir N.º 19/2026. Proex: 4.1. Participação do IFFar nos
1242	JIFSul 2026: Parecer Codir N.º 20/2026; 4.2. Participação do IFFar nos eJIF 2026: Parecer
1243	Codir N.º 21/2026.

Emitido em 12/08/2026

ATA Nº 8/2026 - CODIR (11.01.01.44.16.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/09/2026 16:41)
NIDIA HERINGER
REITOR(A) - TITULAR

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/ informando seu número: **8**, ano: **2026**, tipo: **ATA**, data de emissão: **22/09/2026** e o código de verificação: **2539bcf66f**